



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 38

Sessão Ordinária de Dezembro

Reunião de 20-12-1999

Aos vinte dias do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Primeiro Secretário João Pedro Simões Dias, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, por ausência do titular do cargo, secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos como Primeiro Secretário e pelo Vogal José Augusto Fernandes Júnior como Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Maria Teresa Fidélis da Silva, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, António Ildebrando Nunes Costeira, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Rogério Mário Madaíl da Silva, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Diogo Manuel Santos Soares Machado, António Sousa Dinis Correia, Luís Miguel Capão Filipe, João José Ferreira da Maia, Dinis Marques, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa

Pelas 18:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Álvaro Patrício do Bem, Manuel Júlio Braga Alves, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Armando Manuel Dinis Vieira, Manuel Simões Madaíl e Élio Manuel Delgado da Maia.

Foram apresentados os pedidos de justificação de faltas dos vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva e Manuel Simões Madaíl.

Estiveram presentes os seguintes membros da Câmara Municipal: Presidente da Câmara, Alberto Souto de Miranda, e os Vereadores Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, Jaime Simões Borges, José Augusto Machado Ribeiro Gonçalves, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Domingos José Barreto Cerqueira.

PONTO N.º 1 COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA

De seguida o Sr. Presidente da Mesa deu início aos trabalhos lendo a lista de inscritos na última reunião para usarem da palavra neste ponto da ordem do dia.

Vogal António Coimbra:

“Atendendo a que justifiquei a minha ausência à última reunião, agradeço que também fosse incluído na lista de oradores.”

Presidente da Mesa:

“Sr. Deputado, lamento mas a última deliberação tomada na última reunião não foi nesse sentido. A lista considerou-se completa e foi essa uma das permissas em que assentámos para a interrupção dos trabalhos. Se V. Ex.ª quiser interpor recurso, o plenário é soberano.”

Vogal António Manuel Coimbra :

“Atendendo a que vai ser iniciado um debate, eu apelo então ao plenário para que me seja concedida também oportunidade de intervir neste ponto.”

Presidente da Mesa:

“Interpreto isso como um recurso da decisão da Mesa, que imediatamente a Assembleia se pronunciará. Quem entende que a Assembleia deve revogar a deliberação e deve ser aberto um novo período de inscrições, por favor levante o braço.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação do plenário o revogar da lista e abrir novo período de inscrições, tendo-se verificado doze votos a favor, sete votos contra e nove abstenções.

Seguiu-se a declaração de voto do vogal:

Vogal Nuno Tavares:

“Votei a favor implicando o seguinte: é que admitia a excepção desde que apresentados os mesmos pressupostos que a meu ver fundamentaram plenamente a pretensão do nosso colega membro da Assembleia.”

Entraram na sala os vogais Pedro Machado Pires da Rosa e Jorge Manuel do Nascimento.

Vogal António Salavessa:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados. Há uma nova determinação da Lei das Autarquias Locais que alterou da possibilidade dos Srs. Vereadores assistirem às sessões da Assembleia Municipal. A Lei foi alterada, estabelecendo o dever de participação. Como esta é a segunda reunião que se regista a falta de alguns senhores Vereadores, talvez fosse de o Sr. Presidente da Câmara ser porta-voz desta chamada de atenção: de que gostaríamos de ver todos os Srs. Vereadores corresponderem a este dever que antes era político e agora passou também a ser um de dever estabelecido na Lei.

No que diz respeito à Comunicação do Sr. Presidente, eu tenho reparado que a Comunicação anda em “dieta”. Está cada vez mais magrinha, está cada vez mais anoréxica. Eu entendo Sr. Presidente que não será certamente por excesso de trabalho, penso que haveria sempre algum espaço para a informação que deve ser prestada a esta Assembleia. Eu receio que o Sr. Presidente entenda esta comunicação como um frete e deixo aqui uma primeira dúvida esta noite sobre o entendimento que o Senhor tem da democracia e que se espelha na magreza desta comunicação escrita, que não foi complementada por qualquer comunicação verbal.

Paro na leitura da comunicação pela primeira vez na página três, onde se refere à organização do 2004. Já sei que há um ponto sobre esta matéria, que foi proposto por nós e não deixaria de achar piada se não fosse triste, quando o Sr. Presidente escreve «tudo isso irá mobilizar colectivamente os aveirenses e pôr à prova a nossa capacidade de organização e a de unirmos em torno da concretização de objectivos estratégicos para o nosso desenvolvimento.»

Digo que é triste, porque de facto até esta data, a Câmara e o Sr. Presidente não teve qualquer iniciativa que visasse esta mobilização que refere e que mobilizasse a união dos aveirenses em torno dos objectivos estratégicos.

A segunda dúvida sobre concessão de democracia que o Sr. Presidente poderá ter, dado que eu e o PCP temos uma concessão de democracia participada e este não é o exemplo em que isto se esteja a verificar. Há um ponto na ordem de trabalhos sobre este assunto, voltaremos a ele com mais pormenor.

Mais adiante fala-nos do projecto Aveiro Cidade Digital e a propósito, cita o sucesso da Montra Digital com os seus milhares de utilizadores. Ainda bem que há essa Montra, ainda bem que há esse sucesso. Entretanto, Sr. Presidente, há outra Montra Digital da cidade de Aveiro, do município, é uma Montra que mostra Aveiro ao mundo e que é constituída pelas páginas da Internet. Ao visitá-la há dias notei mais uma vez os problemas que já tinha detectado há dois meses e outros ainda mais antigos. A coisa que mais me apetece dizer neste momento é: fechem a página para obras e o Sr. Cartaxo que regresse, porque se alguma vez possa ter feito uma coisa menos perfeita, o que é um facto é que as coisas funcionavam nessa altura e se alguma fez de errado está completamente perdoado. O estado do site da câmara na Internet está em estado de sítio, não vale a pena visitá-lo, é uma vergonha.

É uma vergonha Srs. Deputados, Sr. Presidente, porque a Câmara tem agora um servidor próprio, já não está alojada no servidor da Universidade de Aveiro e ao visitar-se a página há links que nos enviam para a Universidade de Aveiro onde já não está nada presente. Portanto, a concepção da página e as ligações têm de ser completamente revistas. Falta dramaticamente o conteúdo. Ainda lá está o Vereador José Costa como Vereador da Câmara; ainda lá está o Vereador Victor Marques como Vereador da Câmara; o Vereador José Gonçalves não está lá, não consta desta Câmara; o Eng. Belmiro Couto não consta desta Câmara; é de facto uma desactualização completa. Quem quiser contactar a Câmara e vai ver os números de telefone, são os números de telefone não anteriores a esta alteração mas à outra onde foram introduzidos os quatro na numeração de Aveiro. Das freguesias não se saca nenhuma informação relevante. O calendário de feiras de 1999 está em construção! Ligações a S. Jacinto estão lá os horários, mas só aqueles que são para o forte da Barra, as nova ligações não constam do site da Câmara. O Porto de Aveiro é administrado por uma coisa que se chama JAPA; e por aí fora.

Mas depois nas páginas da Câmara, há um sítio onde se entra noutra mundo, entra-se nas Conferências do Milénio. São um conjunto de páginas de uma riqueza gráfica que contrastam dramaticamente com as páginas da Câmara. Não se percebe como é possível a mesma instituição patrocinar duas coisas tão diferentes?! Embirro solenemente com o facto de ao entrar nas Conferências do Milénio aparecerem em inglês. Penso que a primeira opção que se devia exigir de uma página ligada a uma Câmara Municipal portuguesa é de que a primeira opção seja em português e depois se poder fazer a opção pelo inglês. É evidente que houve por lá uns erros que tive ocasião de chamar à atenção numa crónica sobre os Congressos de Oposição Democrática; há por lá uns erros, numa só frase há três erros - ainda bem que está reparado, mas digam ao técnico que em inglês ainda está a mesma asneira. Portanto, entendo que esta questão devia ser fechada e alterada, porque é a imagem de Aveiro que está em causa. Regressando à Comunicação, trânsito no Sr. dos Aflitos. Há um optimismo evidente em resolver-se o problema da rotunda, mas o optimismo em resolver-se o problema no Sr. dos Aflitos parece-me um bocado exagerado.

Em relação à situação financeira. As alterações legislativas aumentaram os poderes da Câmara e do Presidente em relação à Assembleia, mas procuraram aumentar os poderes fiscalizadores da Assembleia, isso é visível em diversas disposições, entre as quais estas que determina a inclusão de uma informação financeira sobre a situação financeira do município na Comunicação do Sr. Presidente. O que está apresentado na Comunicação é manifestamente insuficiente. Haverá certamente membros desta Assembleia mais habilitados para explicar o que seria exigível na informação financeira. Parece-me que não pode haver uma informação razoável sem indicação entre outros itens: da situação de tesouraria; dos depósitos à ordem; das receitas arrecadas desde determinado momento; das despesas efectuadas; da estrutura das dívidas a terceiros, nomeadamente a fornecedores, a bancos e ao sector público estatal.

O Presidente da Câmara não deu uma informação sobre a situação financeira. Escreveu umas palavras cor-de-rosa, quando corre à boca pequena que a câmara só pode pagar os salários

porque chegaram umas verbas destinadas ao programa Aveiro Cidade Digital, porque senão teria dificuldades de tesouraria para resolver os seus compromissos no final do passado mês.

Esta não é a informação que é exigida e até pela composição da câmara, o Sr. Presidente tinha obrigação de fazer melhor e na próxima isso terá que acontecer.

Mesmo assim, alguns apontamentos mais soltos. Faltou Sr. Presidente e falta o cumprimento do estatuto de oposição; uma Lei que está em vigor desde vinte e seis de Maio de noventa e oito e que não está implementada. Gostava de saber Sr. Presidente quais são as deliberações da Câmara relativamente às alterações introduzidas pela Lei 169/99, nomeadamente, se já temos ou não vice-presidente nomeado e o que foi feito em relação à estrutura de Vereadores a tempo inteiro; se simplesmente continua aquela que esta Assembleia tem conhecimento oficial ou se já houve alguma alteração.

Sobre as cheias de Outubro entendo que é tempo de a Câmara atacar este problema e de iniciar os estudos necessários para tentar resolver de uma vez por todas estas cheias cíclicas, que talvez até nem sejam muito complicadas de resolver.

Conselho Municipal de Segurança. Há quantos meses não anda o Conselho Municipal de Segurança? Chamo à atenção que nos termos da Lei é o Sr. Presidente o responsável pela instalação do Conselho. Se o processo está encalhado nalgum sítio terá de ser o Sr. Presidente o timoneiro que desencalhe o barco e que conduza à instalação do Conselho; essa é a sua responsabilidade absoluta.

Alienação de terrenos. Queria que o Sr. Presidente nos informa-se como é que entende a alienação de terrenos sem os Planos de Pormenor estarem aprovados, nomeadamente, o Plano de Pormenor do Centro.

Aterro de Taboeira. Consta Sr. Presidente, tal como tinha alertado quando chegou a notícia de que os Concelhos de Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira iriam começar a trazer os seus resíduos sólidos para Taboeira, que não era possível que o aterro durasse dez anos previstos quando do contrato assinado com a ERSUC. Queria saber de facto o que é que se perspectiva e o que é que já está a ser feito no sentido de encontrar uma alternativa?

Arte Nova. Depois do livro, depois do CD-rom, o quê? Já temos o registo, agora podemos destruir? Basta-nos o registo ou queremos ficar com o Património propriamente dito.

Por último em relação à Comunicação dos Serviços Municipalizados. Gostava de saber uma apreciação da resposta do público às novas carreiras que foram implementadas, e também, porque é que existe uma dívida substancial à ACASA e porque é que essa dívida está a aumentar entre duas informações? Tenho dito.”

Entretanto deram entrada na sala os vogais Joaquim dos Santos Abreu e Maria João Santos Pais.

Vogal Filipe Brandão:

“Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia. Eu não resisto a registar esta intervenção feita de pé pelo Sr. Salavessa, porque confesso não percebi bem a solenidade da declaração que assim o justificasse, mas finalmente atingi que terá sido uma declaração política, segundo a qual ficou demonstrado que a velha “cassete” foi definitivamente substituída pelo CD-rom.

Posto isto, que é obviamente uma boa-tarde ao Sr. Salavessa por quem tenho muita consideração, permitia-me tecer alguns considerandos à Comunicação do Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Câmara, todos lhe reconhecerão, é alguém que tem uma “pena” privilegiada, escreve pouco mas bem. Começa pelas Conferências do Novo Milénio e tem a seguinte frase: «a adesão dos interessados tem sido constante e Aveiro afirma-se assim no panorama nacional». Todos concordarão que a adesão tem sido constante, penso porém, e há a lamentar que essa constância se mantém diminuta ou seja quem tem ido como eu tenho às conferências do milénio sabe - é que são sempre os mesmos! Quando eu digo que escreve bem, é porque escreve algo que parece bonito, mas é manifesto (e penso que o Sr. Presidente concordará) que a penetração

das Conferências do Milénio têm estado aquém das expectativas. Há este interregno de final do ano e eu queria saber se há alguma estratégia delineada no sentido de aumentar a adesão e a participação nessas conferências.

Seguidamente, V. Ex.^a refere que o Mercado Manuel Firmino irá encerrar provisoriamente e eu gostava de saber se está alguma coisa já pensada relativamente àqueles que ocupam aquele espaço e que legitimamente têm expectativas de voltar. Se não é essa a situação pelo menos V. Ex.^a daria conta disso aqui.

Relativamente às BUGAS, refere na Comunicação que a fase experimental das BUGAS está encerrada. Presumo eu, V. Ex.^a me contrariará, terminada a fase experimental entramos na fase que não é experimental, que é a fase definitiva. Assim sendo, penso que é tempo de ter um regulamento válido de utilização das BUGAS. Porque a situação neste momento é uma situação de total vacuidade jurídica. Ou seja (para se ter uma ideia) o simples facto de ser voz corrente (aliás, está escrito no parqueamento das BUGAS) que não podem ser usadas por menores de dezasseis anos, a verdade é que isso não tem qualquer validade, porque não há qualquer regulamento que assim o determine. Em caso de algum acidente com um menor, a Câmara não se poderá escudar com isso porque se algum menor de apoderar de uma BUGA não está a cometer nenhum ilícito, nem a Câmara pode à posterior dizer que praticou algum acto ilícito. É urgente que seja clarificado que esse acto não é um acto permitido e, portanto, urge preservar a autarquia de que qualquer tipo de responsabilidade civil que eventualmente possa emergir. Penso que todos nós já vimos criancinhas a conduzir aquelas BUGAS, se algum dia têm um azar, eventualmente poderá ser a câmara responsabilizada, desde logo porque permitiu que dela se frui-se, e essa criança não violou nenhuma disposição. Penso ter sido suficientemente explícito.

Relativamente a Aveiro Cidade Digital, não é propriamente à Aveiro Digital que eu me queria referir, mas sim ao facto de estar instalada na Praça do Município - isto para quê? Porque me remete para outra situação, que é a situação dos funcionários que estão a laborar no rés-do-chão da Praça do Município. Não sei se já chegaram ecos ao Sr. Presidente, se não chegaram permito-me eu fazer porta-voz dos mesmos.

A situação em que trabalham aqueles funcionários, do ponto de vista dos pontos de luz que existem, são altamente deficitários. Há salvo erro sete pontos de luz para todos os funcionários, no verão esta situação não se faria sentir, a verdade é que qualquer funcionário a partir das quatro e pouco sente grandes dificuldades em realizar as suas tarefas. Portanto deixava aqui esta expressão dessa preocupação.

O Sr. Salavessa já referiu o optimismo de V. Ex.^a quando refere que os resultados do trânsito são excelentes, desaparecendo os engarrafamentos. É evidente que desapareceram os do Sr. dos Aflitos, porém eles existem por toda a cidade e de facto, era desnecessário esta pequena frase «que os resultados foram excelentes». Eventualmente naquele ponto foram bons, mas o problema dos engarrafamentos na cidade dispensava esta referência de V. Ex.^a.

Relativamente à entrada em vigor da nova Lei, queria subscrever a intervenção do Sr. Salavessa. No artigo 48.º número 3, veio consagrar uma obrigatoriedade jurídica para a presença de todos Vereadores nesta Assembleia. É evidente, e não seja esgrimido pelos Srs. Vereadores ausentes a ausência de cominação. De facto, sejamos claros, a sanção é uma sanção política, mas em política ninguém deve esgrimir o argumento que a sanção é meramente política; ela é essencialmente política e tratando-se de protagonistas políticos ela é a mais grave de todas as sanções. Portanto, cientes de que estaria na consciência de cada membro da Vereação deslocar-se à Assembleia Municipal, hoje há um imperativo para além de ético, um imperativo de natureza jurídica e política. Portanto, apenas para subscrever o pedido formulado pelo Sr. Salavessa, no sentido do Sr. Presidente transmitir aos Srs. Vereadores este entendimento. Muito Obrigado.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia. Em primeiro lugar e até porque o Dr. Filipe Brandão tocou neste ponto das Conferências do Milénio, devo dizer que estas Conferências lamentavelmente têm tido uma participação reduzida face ao interesse delas. Devo dizer que fazer as pessoas reflectirem sobre problemáticas do futuro é fundamental, pode ganhar-se muito com isso. Algumas pessoas já falam que certas individualidades por virem cá podiam trazer grandes dispêndios para a Câmara - bem-vindos esses dispêndios desde que sejam para perspectivar um melhor futuro. Mas na verdade, e porque estamos a falar do novo milénio, isto faz-me pensar até que ponto é que este tipo de realizações é já compatível com a difusão que se quer ter dessas mesmas iniciativas.

Na verdade, talvez tenhamos algum dia de pensar num canal de televisão municipal, com acesso a todos os municípios, para que as pessoas que não gostem de sair de casa possam comunicar, possam receber informação, possam ser interactivos. Porque é lamentável tanto esforço que se faz para trazer pessoas para discutir temas de grande interesse, e efectivamente aparecem meia dúzia de pessoas. É triste, é pena, porque estas conferências têm muito interesse, mas acho que é chegada a altura de começarmos a pensar noutros modelos para divulgação deste tipo de debates.

O segundo ponto refere-se à Educação. Novamente se fala aqui de debater assuntos pedagógicos. Fala-se aqui de uma edição de uma “Agenda do Professor” e uma “Agenda dos Pais”; Quer-me parecer que a nível autárquico se deva fazer mais do que isso. Talvez fosse possível inclusivamente entrar em colaboração com a Universidade, onde há departamentos onde a problemática da Educação aos mais variados níveis existe. Talvez fosse bom fazer mais do que isto ao nível da autarquia, até porque com certeza no Ministério da Educação haverá muita gente e muitos gabinetes que estarão altamente interessados em receber propostas e sugestões. Eu próprio que já fui Presidente da Comissão de Reforma do Sistema Educativo desejava receber informação e, portanto, se ela existir será importante - e há tanta coisa que se pode fazer até com a sociedade em geral. Dá-me a impressão que estamos a ser pouco ambiciosos e que talvez fosse útil fazer algo mais do que isso.

Seguidamente o ponto três refere-se ao lago da fonte nova e também à escadaria do barreiro. Quer dizer, continuamos de vez em quando a ver noticiadas iniciativas que vão ocorrer aqui no Centro e verificamos que este Plano de Urbanização nunca mais é discutido. Qualquer dia temos tudo mais ou menos feito e até lotes vendidos e continuamos à espera de discutir o Plano de Urbanização. Eu já tive oportunidade de o ver, mas não debatido profundamente. Até verifico algo, que é um Geo-monumento a preservar e que na antiga proposta não existia. Esse Geo-monumento está preservado, simplesmente hoje, lamento ter verificado, que esse Geo-monumento está quase todo tapado! Têm havido obras e tudo o que é lixo vem por ali abaixo. Fará favor de reparar que de facto o cuidado com essa zona é mínima.

Seguidamente quero concordar com o que o Sr. Presidente diz a respeito da importância da organização do Euro 2004. Penso que também aqui as pessoas se devem unir para defender o que seja de útil, no interesse da nossa cidade. E penso que de facto, teve um tal interesse esta possibilidade de uma parte do Euro 2004 se poder realizar em Aveiro, que tenho aqui uma proposta para apresentar à Mesa, que é a seguinte:

«A realização de uma das fases do campeonato Europeu de Futebol Euro 2004 em Aveiro, vai constituir uma oportunidade soberana para melhoramentos infra-estruturais vários, além de constituir um momento privilegiado de promoção da cidade e da região.

Assim, a Assembleia Municipal de Aveiro, reunida aos 15 de Dezembro de 1999, decide expressar um voto de louvor ao Presidente da Federação Portuguesa de Futebol, o aveirense Dr. Gilberto Madaíl, pela sua participação determinante no grupo de trabalho que trouxe para Portugal a organização do Euro 2004.»

Parece-me de facto, já que todos reconhecemos o interesse de Aveiro participar numa fase de realização do Euro 2004, reconhecer que na base disto esteve um aveirense, estiveram várias pessoas, mas também um aveirense. Reconhecer esse papel deste aveirense parece-me importante e quando acabar a minha intervenção irei apresentar ao Sr. Presidente essa proposta formal que solicitarei para pôr à consideração desta Assembleia.

Depois temos a problemática das BUGAS. Eu devo dizer que não partilho do optimismo com que está a ser encarada esta utilização das BUGAS. De facto, estas BUGAS foram pensadas como um processo de intervir numa política urbana relacionada com o trânsito. Portanto seria para permitir uma melhor fluência de trânsito porque as pessoas passariam a usar mais a bicicleta e o que se verifica não é isso. Aliás, eu lembro-me de ter perguntado aqui por duas vezes ao Sr. Presidente, algo relativo a um inquérito que se ia fazer para se saber se as pessoas iam mesmo utilizar as bicicletas e permitir um maior desafogo de trânsito e na realidade não se verifica isso. Acho que se verifica em grande parte a utilização de BUGAS para fins recreativos. E se efectivamente é para fins recreativos eu acho muito bem incentivar que se utilize uma bicicleta, mas nestas condições o sítio ideal para a pista não era aquela. Ali respira-se óxido de carbono e outros produtos resultantes da queima dos combustíveis e efectivamente este não é o local indicado e acho que de facto não está a ter o êxito nessa perspectiva. Isto parece-me mais para se falar de Aveiro como uma bugalândia, mais como folclore.

Finalmente, quero dizer que ao falar da taxa de execução financeira para 1999, que diz que ronda os 60%, quero dizer que é uma taxa de execução extremamente baixa, sobretudo quando alguma informação que até detinha é que era até inferior a 60%. Muito Obrigado.”

Entrou na sala o Vogal Victor Manuel da Silva Martins.

Vogal Gaspar Albino:

“Uma das coisas que eu ia reclamar já não tenho razão porque a tenho aqui exactamente à minha frente. Trata-se do livro de Manuel Ferreira Rodrigues, editado pelos Serviços Municipalizados de Aveiro, a propósito dos seus 75 anos de vida. Foi uma excelente forma que os Serviços entenderam utilizar para comemorar esses 75 anos. Porque este livro que eu tive a sorte de ler ainda no prelo é um repositório de uma boa parte da história da minha terra, e é um óptimo documento para nós recuperarmos muito do nosso passado e recuperando o passado por certo que estamos a ajudar a construir um melhor futuro.

Regozijo-me pela forma como foram comemorados esses 75 anos de vida dos Serviços Municipalizados de Aveiro. Felicito todos aqueles que souberam montar a máquina da celebração e aquilo que aconteceu em simultâneo, que foi um Congresso diria que quase de natureza científica, que aborda os problemas da água e a todos diz respeito. Muito Obrigado.”

Presidente da Mesa:

“Entretanto chegou à Mesa a proposta cujo primeiro subscritor é o Sr. Deputado Britaldo Rodrigues. Srs. Deputados, peço imensa desculpa, mas V. Ex.ª acaba de criar mais um pequeno incidente processual, porque no rigor das coisas eu não posso aceitar esta proposta. A Mesa entende que, uma proposta com este teor, não se enquadra no ponto da ordem de trabalhos em que estamos apenas a discutir a Comunicação do Sr. Presidente da Câmara.

É evidente que V. Ex.ª teria uma de duas soluções: ou V. Ex.ª teria requerido a abertura de um período de antes da ordem do dia e apelar à urgência da matéria ou então, se V. Ex.ª aceita a recomendação, atirava-a para o ponto n.º 6 da ordem de trabalhos onde de facto aí me parece que tem cabimento. Agora num ponto da ordem de trabalhos exclusivamente destinado a discutir a Comunicação Escrita, como facilmente se percebe, não se comportam votações.

Portanto, eu pedia ao Sr. Deputado que decida. A Mesa não aceita a proposta neste momento ou o Sr. Deputado a apresenta para ser objecto de discussão no ponto 6 da ordem de trabalhos ou naturalmente pode recorrer da decisão da Mesa.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Sr. Presidente, eu penso que os pontos que são citados pelo Sr. Presidente da Câmara, os pontos pudessem ser considerados não só para um debate mas simultaneamente daí retirar ilações e até se poderem votar propostas relacionadas com esses pontos. De qualquer forma eu acho que é inoportuno neste momento estar a debater este posicionamento. De facto existe um ponto 6 na ordem de trabalhos sobre o Euro 2004 e para não estarmos a fazer perder tempo eu agora abstenho-me de apresentar, mas ficaria já entregue para o ponto 6.”

Vogal Manuel António Coimbra:

“Sr. Presidente, caros colegas. Acerca da Comunicação Escrita tem alguns pontos que gostaria de focar e alguns esclarecimentos que gostaria de ter do Sr. Presidente da Câmara.

Um primeiro comentário às Conferências do Milénio. Acho uma iniciativa com muito interesse para a comunidade. Agora, não é uma iniciativa de interesse para toda a comunidade; penso que todos estão conscientes disso. Portanto, não me surpreende que não esteja muita gente na sala. Mas a sala é muito grande e as pessoas que lá estão penso que são pessoas interessadas e penso que é muito bom que haja esta iniciativa em Aveiro.

Agora, o que não compreendo, é que no folheto que a Câmara de Aveiro distribui durante as conferências, como é que é possível ao mesmo tempo a Câmara que está a oferecer estas Conferências pôr a hipótese de virem a ser cobradas entradas?! Para mim não cabe! Ainda bem que se fazem. É preciso é estimular as pessoas a aparecerem. Não vamos é estimular uma dúvida: será que eu vou e me vão cobrar um bilhete? Isso não deveria acontecer. Por isso lamento que o folheto deixe em dúvida as pessoas quanto a saber se a Conferência vai ser gratuita ou vai ser cobrada.

Outro ponto que gostaria de focar diz respeito ao Lago da Fonte Nova. Numa Comunicação anterior, dava-se por adquirido que até ao final do ano o lago estava concluído. Não está. Mas se calhar devia estar! Houve algum atraso, não houve. Será que já estaremos em condições de dizer quanto é que nos custou na realidade aquele “buraco” que ali está.

Montra Cidade Digital. Fiquei surpreendido da quantidade de gente que aderiu à Montra Cidade Digital. Acho muito bem e fico muito contente disso ser um sucesso. Acho é que essas pessoas que lá vão não são tratadas dignamente. Nos dias de sol não há sequer uma persiana para tapar a parede que é completamente envidraçada. E esta Montra contrasta com outra “montra” que são os serviços camarários. Toda aquela área é uma “montra”. Três lados estão tapados com persianas, um dos lados onde dá o sol de manhã não está?! As condições não são as melhores que nós devíamos ter para os nossos municípios para os incentivar a usar as novas tecnologias.

Passagem desnivelada do Eucalipto. Bom, está lá uma passagem, sem o nosso conhecimento, a Assembleia Municipal nunca se pronunciou se realmente devia ser uma passagem desnivelada, se está bem, se está mal, se está enquadrada. Mas o que é um facto é que não há sinalização. As pessoas chegam àquele local, não sabem se hão-de ir para cima se hão-de ir para baixo, se vão pelo túnel, mas se vão pelo túnel vão ter onde. Se querem ir para S. Bernardo, quem vem do Norte agora não pode cortar para a estrada de S. Bernardo, bom tem de ir em frente, onde é que se vai cortar para a estrada de S. Bernardo? Acho que não é só criar-se as condições para acesso a um hipermercado. Há muitas outras indicações que são importantes que se têm que dar para que o sistema funcione completamente. Mas mais grave, é que dentro do túnel em curva, está uma obra desde o início e não há ali uma indicação a dizer que está ali uma faixa impedida, e está lá desde o início da abertura ao trânsito.

Na página seis, já que esta Comunicação é anoréxica, gostaria aqui de uma explicitação quando o Sr. Presidente diz: «a venda de bens ficou aquém das expectativas sobretudo por questões de natureza administrativa». Fiquei sem perceber! Acho que isto carece de uma explicação. Não se venderam os terrenos porquê? Havia compradores e há uma questão de natureza administrativa? Há aqui alguma coisa que me escapa e gostaria de ver esclarecido.

Assim como gostaria de ver esclarecido o facto de se falar na escadaria do barreiro!? Não faço a mínima ideia do que seja a escadaria do barreiro. Isto para já não falar na passagem superior de S. Bernardo que oficialmente também não sabemos nada.

Mais uma vez há uma série de obras que se estão a construir nesta cidade sem que a própria Assembleia Municipal, que somos os representantes de todos os munícipes, possa dar a sua opinião.

Por último, relativamente ao relatório dos Serviços Municipalizados, é com agrado que na página sete registo que foram feitas análises (e muitas análises) às águas do concelho. Acho é que numa altura em que há tanta preocupação acerca da água que consumimos, não haja um plano para disseminar estes resultados por todos os munícipes. Porque segundo parece a água é boa. Era importante que essas análises pudessem também serem analisadas pelos munícipes, para estes concluírem se esta água é boa ou menos boa. Isto para não dizer que fiquei surpreendido quando se diz que se fizeram cinco análises aos hidrocarbonetos? Fiquei sem saber se isto é bom ou se é mau, porque depende dos resultados que se obtêm das análises - se forem baixas é bom, se forem altas é mau. Muito obrigado.”

Vogal Dinis Correia:

“Vou ser muito breve, na medida em que os pontos que aqui vou focar já aqui foram abordados. De qualquer maneira Sr. Presidente, queria começar por falar num assunto que sinceramente nem sei se ele tem cabimento neste ponto. Vou-me referir à desconsideração que alguns membros desta Assembleia foram alvo na sexta-feira no jantar da Câmara. É aborrecido estar a falar nisto, mas havia uma praxe de há longos anos em que os membros desta Assembleia se sentavam na mesa onde estavam os Vereadores e o Presidente da Câmara. Qual é o meu espanto, quando um membro desta Assembleia, seguindo o que era usual fazer-se em todos os jantares, se tinha sentado e que o tinham corrido de lá dizendo que ele não tinha lugar naquela mesa. É evidente que eu já não me fui lá sentar nem sequer fiz a tentativa e andei junto das mesas dos funcionários (e isso não me desgosta), o problema para mim está, que eu considero que foi uma desconsideração.

Nós todos éramos convidados da Câmara. E o mínimo que eu posso fazer quando convido alguém é dizer-lhe onde se vai sentar. É evidente que alguns de nós tomaram a iniciativa e vieram embora, mas eu quero lamentar de facto o que se passou. Começo a questionar-me se futuramente deverei estar presente em qualquer iniciativa tomada pela Câmara em que os membros desta Assembleia sejam convidados.

Outro ponto, é aqui na Comunicação do Sr. Presidente. Embora ela já tenha sido aqui falada pelo Dr. Filipe Brandão, foi de uma forma branda. Isto não é propriamente uma crítica mas uma chamada de atenção; é sobre o trânsito. É que dá-me a ideia que de facto e plagiando um ilustre membro desta Assembleia, eu fiquei banzado com o que o Sr. Presidente diz: «que acabaram os engarrafamentos». O Sr. Presidente não deve passar pela Avenida! Sinceramente. Estes engarrafamentos de facto não se devem ao aumento substancial de viaturas, deve-se a um erro na temporização dos semáforos. Eu já falei fora desta Assembleia com o Sr. Vereador Eduardo Feio, que me deu uma explicação que eu não posso aceitar, muito menos agora que o Sr. Presidente vem dizer isto. De facto, aqueles semáforos estão mal temporizados. Aquilo tem de ser alterado.

Os engarrafamentos na Avenida dão-se porque têm dezanove segundos na Avenida e muito mais tempo nas transversais. É evidente que isto causa engarrafamentos. A Câmara não pode estar dois meses à espera que venha um senhor do Porto para fazer esta alteração! Muito obrigado.”

Vogal Ana Carla Macedo:

“Muito rapidamente, pretendia focar três pontos na Comunicação do Sr. Presidente. Em primeiro lugar gostaria de referir que ao contrário da maioria dos membros desta Assembleia que se referiram às BUGAS, eu sou uma adepta incondicional das BUGAS. Acredito no seu sucesso e estou convencida que quando vier o bom tempo o sucesso vai ainda ser maior. Penso, porém, que se deve estar atento aos actos de vandalismo de que estas são alvo nomeadamente, por parte de alguns moradores do Bairro de Santiago, onde tanto quanto tenho conhecimento existem algumas BUGAS a pernoitar e a passar dias consecutivos nos vãos das escadas. Portanto, deixo aqui o meu alerta, no sentido da Câmara tentar averiguar se isto é ou não verdade e se o é, evitar que isto aconteça. Outro ponto que gostaria de referir é o início da circulação dos mini-autocarros, que agora passam por bairros desta cidade outrora esquecidos. Refiro-me concretamente, ao bairro da Beira Mar e ao bairro da Forca-Vouga. Penso que agora começam a ser criadas as condições para que os habitantes da cidade comecem a deixar os seus carros nas garagens e comecem a deslocar-se para os seus locais de trabalho em transportes públicos. Por fim, não podia deixar de felicitar a Câmara pela iniciativa de retomar as carreiras entre S. Jacinto e a Vera-Cruz, em horários que permitem os habitantes de S. Jacinto deslocarem-se ao centro da cidade, irem ao cinema, e poderem regressar a suas casas sem que para isso tenham de fazer cento e vinte quilómetros. Muito Obrigado.”

Vogal Virgílio Nogueira:

“Eu penso que a economia verbal do Sr. Presidente da Câmara, talvez tenha condicionado a minha interpretação, mas de facto a explanação que traduz nessa mesma Comunicação deixa-me entender que Aveiro cada vez mais se tem vindo a tornar numa periferia cultural. Isto por duas razões: Porque as actividades anunciadas na sua Comunicação são actividades que vêm ainda da Câmara antiga. Ou seja, não há novidade nenhuma. Concluímos então que esta autarquia ao nível cultural, é uma autarquia sem ideias, é uma autarquia sem iniciativas. Depois a ideia de periferia cultural pode também ser sustentada pelo seguinte, por um ponto que a mim me deixou perplexo. Aqui há dias tive oportunidade de ver que a autarquia aveirense estava a subsidiar o transporte de pessoas para o festival de teatro do Porto, o P.O.N.T.I. o que me deixa entender que nós somos periféricos e que quando queremos ter a possibilidade de assistir ao bom Teatro temos que ir ao Porto. Por outro lado também, não assisto eu em Aveiro a espectáculos de ópera. O bom cinema também não existe porque o cine-clubes tem sempre as suas actividades condicionadas à utilização do grande auditório do Centro de Congressos e de facto, o panorama é este. Por outro lado, nós temos aqui em Aveiro uma orquestra que já deu provas da sua qualidade. É a única orquestra regional em funcionamento, uma vez que a Orquestra do Norte está como sabem com graves problemas económicos e está parada. Eu queria saber o que é que a Câmara tem vindo a fazer enquanto vice-presidente da associação que tutela a Orquestra, no sentido de explicar em Lisboa a necessidade e o valor social e cultural que a Orquestra Filarmónica das Beiras tem vindo a produzir em Aveiro e no resto da Região.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados. Em primeiro lugar permita-me Sr. presidente, que manifeste o meu agradecimento aos ilustres juristas da nossa Assembleia pela preocupação que têm em

garantir que todos nós conheçamos a Lei 169/99. E lembrar a esses mesmos juristas, que é graças às diferentes interpretações das diversas leis, que eles têm a sua vida garantida.

Passando agora para a Comunicação do Sr. Presidente, que já aqui foi classificada de anoréxica, deixe-me dizer-lhe uma coisa Sr. Presidente: eu muito sinceramente penso que, logo que termine o seu mandato, o Sr. Presidente pode elaborar um livro das comunicações à Assembleia, dado que o número de metáforas e de hipérboles que utiliza nas suas comunicações, é bastante maior do que aquilo que é actualmente a regra na literatura portuguesa. De maneira que, eu não tenho dúvidas nenhuma que terá grande sucesso se assim o fizer.

Simplesmente, como eu tenho uma formação um pouco mais de carácter tecnológico gosto muito de ter números. E para além da panóplia de personalidades de renome nacional e internacional que nos propiciam momentos de reflexão de alto nível, eu gostaria de saber a quantas pessoas é que foram propiciados esses momentos? Da mesma maneira, para além do raro sentido escultórico universal da Bienal Internacional de Cerâmica, eu gostava de saber quantos artistas estiveram presentes, quantas obras estiveram presentes? Para além de nós termos as conferências alusivas aos problemas pedagógicos e a edição de uma agenda do professor, eu gostava que o Sr. Presidente, com a sua Câmara, tomassem a iniciativa no sentido de garantirem a mobilização dos pais para os problemas educativos. Porque um dos problemas mais sérios com que se debate o ensino, particularmente o ensino básico e secundário, é o desfasamento entre o que é o entendimento da função da escola, por parte dos agentes de ensino e por parte dos pais e encarregados de educação. E aí sim, nós poderíamos trazer a sociedade em geral a um maior envolvimento no sentido de resolver não apenas as questões logísticas e as questões materiais, mas no sentido de resolvermos algumas das questões básicas que se colocam na nossa juventude hoje em dia.

Por uma questão de economia, deixe-me só dizer-lhe, que espero que o reforço da capacidade hoteleira para o Euro 2004, não seja aquele que resultou daquela venda de um lote para um hotel de algumas estrelas.

Continuando a preocupar-me com números, a fase experimental das BUGAS cumpriu os seus objectivos. Quais? Quantifiquemos por favor.

O processo Aveiro Cidade Digital continua a desenvolver-se. Que tipo de utilizadores é que têm? Que tipo de informação é que é procurada?

Na questão do trânsito, eu gostei de saber que não foi preciso a EDP tirar aquela “cabana” no meu da rotunda, para que o sentido ali fosse invertido. Afinal, o problema não era da EDP, era nosso. Que impacto está a ter o transporte público com os mini-autocarros?

Com respeito à informação financeira, o Sr. Salavessa foi muito claro na sua intervenção, eu ressaltava aqui duas ou três coisas que o Sr. Presidente afirma e que eu vou referir. «A venda de bens ficou aquém das expectativas» «a complexidade de projectos provocou alguns atrasos» «este executivo conseguirá em 99 realizar a maior despesa jamais efectuada em Aveiro e superar o nível atingido no ano precedente».

Das duas primeiras frases que citei, penso que terá ido o sapateiro além da chinela, Sr. Presidente. Da última expressão que citei, deixe-me dizer-lhe que, maior despesa não significa maior qualidade da despesa. Muito Obrigado.”

Vogal Diogo Soares Machado.

“Eu começava por dizer que: faz muito bem Sr. Presidente da Câmara, em não se chatear em escrever Comunicações enfadonhas, maçadoras, números e mais números, obras e mais obras, até porque a produtividade desta Câmara é tão grande, que imagine o Prof. Henrique Diz o tamanho da Comunicação do Sr. Presidente. Nós temos de zelar pela sanidade mental dos membros do executivo. Nós já fazemos tantas perguntas, depois era uma chatice nunca mais daqui saíamos - e mesmo assim já saímos tarde.

Mas, já agora, porque algumas dúvidas me suscitou apesar de tudo esta pequena Comunicação, eu gostava de deixar algumas perguntas no ar, na esperança que o Sr. Presidente da Câmara as agarre - coisa que até agora pouco tem acontecido.

Começava pelo ponto 4 da Comunicação, e quanto ao Euro 2004, gostaria de perguntar se já sabe e pode dizer quanto é que está a gastar no novo estádio? Ou se já sabe e pode dizer onde é que o Sr. Presidente vai buscar a receita extraordinária, para além daquela que a Câmara quer gastar, para que o Beira-Mar possa pagar a sua parte do novo estádio?

Quanto à Pista de Remo do Rio Novo do Príncipe, diz aqui que o protocolo garante o financiamento da obra? Esta é brilhante! O protocolo garante o financiamento da obra. Eu gostaria que me dissesse de que modo é que o protocolo garante o financiamento da obra.

Pode-se conhecer o protocolo ou não se pode conhecer. É que temos de saber quanto é que a obra vai custar - e nenhum de nós aqui sabe. Ou então o protocolo é um manual de boas intenções, que se calhar cai pela base quando aparecerem estudos financeiros do custo da obra.

Quanto às BUGAS. As Bugas a “pernoitar” é uma expressão muito poética realmente. No meu tempo de miúdo chamava-se a isso “gamanço”. Mas hoje em dia, porque estamos na era “Rosa” de governação, já diz: as Bugas a pernoitar e a passar alguns dias fora do local habitual! Qualquer dia vamos ao Algarve de férias e aparece-nos uma BUGA.

Mas há outro ponto em relação às Bugas que me suscita algumas dúvidas. Enquanto é que já ficou a fase experimental do projecto? Que “mesada” é que o Sr. Presidente teve de atribuir às Bugas para elas passarem a noite fora de casa? Quantas Bugas constituíram a fase inicial do projecto? E depois, para aquelas pessoas que queriam ir de Buga e têm de ir a pé, quantas Bugas o Sr. Presidente comprou a mais, para substituir aquelas que foram pernoitar e gostaram tanto da má vida que por lá ficaram?

Quanto ao projecto Cidade Digital, começa-se por dizer que orgulhosamente está instalado na praça do município. E esta pequena questão levanta-me outra de enorme importância que tem a ver com as instalações da Câmara Municipal. O Sr. Presidente já foi aqui questionado várias vezes sobre este assunto e eu gostaria de saber em que pé é que estão os seus projectos em relação à realocação dos serviços municipais. Falou-se em tempo que a Câmara estaria a efectuar diligências junto do Ministério do Emprego para ocupar toda a ala do Centro de Congressos. É verdade ou é mentira, em que pé é que estão essas negociações ou se há outros projectos para definitivamente realojar os serviços municipais que precisam, embora se tenha lavado bastante bem a cara à repartição de finanças.

Mas já agora em relação à Cidade Digital, consta-se que a Câmara faz um registo de utilização dos computadores, mas eu pergunto: qual é maioritariamente o utilizador tipo da Cidade Digital? Porque consta-se que são miúdos da Escola Homem Cristo a passarem mensagens de um computador para outro, que noventa por cento de utilização é por miúdos da Escola Homem Cristo e que com sucesso o Aveiro Digital está a substituir uma inexistente sala de informática na Escola Homem Cristo.

Quanto à situação financeira, o Sr. Presidente diz aqui coisas espantosas. Por exemplo, o afirmar-se que neste momento a situação financeira não justifica preocupações em relação à capacidade do município para solver os seus compromissos - há três meses atrás eu até tinha engolido esta, mas agora dizer-se na Comunicação que a situação não suscita grandes preocupações em relação à capacidade do município para solver os seus compromissos e mais adiante pedir que ratifiquemos a contratação de dois empréstimos exactamente para solver compromissos?! Eu sou um leigo em termos de números, mas parece-me claramente uma contradição. Não é! Então explique-se porque é que não é.

Quando o Sr. Presidente diz que tem um passivo em relação a entidades não financeiras na ordem de um milhão e oitocentos mil contos que não é muito significativo, eu gostava de saber Sr. Presidente qual é a dívida mais antiga que a autarquia tem para com um fornecedor?

Gostava que fosse aqui claramente dissipada a dívida de que não estão a ser hipotecadas receitas provenientes de outras origens que não empréstimos para pagamentos de salários. Gostava que claramente aqui dissesse que nunca utilizou um tostão do FEF para pagar salários. Gostava ainda que nos dissesse qual o prazo médio de pagamento a fornecedores, que se consta já vai em três meses e se dívidas do ano passado já estão todas saldadas. Mas, mesmo assim, o Sr. Presidente diz-nos que a taxa de execução financeira em noventa e nove ronde os sessenta por cento. Eu já ouvi falar em cinquenta por cento ou talvez menos. Em Abril cá estaremos Sr. Presidente.

Eu pergunto Sr. Presidente, uma taxa de execução de sessenta por cento num orçamento de treze milhões dá algo cerca dos oito milhões de contos. Entre sete e oito milhões de contos era a verba que todos nós da oposição entendíamos ser a verba lógica para os compromissos que se estavam a assumir. Volto a perguntar, como na altura perguntei: porquê o orçamento exageradamente inflacionado da altura, que nos coloca claramente de pé atrás em relação ao orçamento que vamos apreciar? Mas o Sr. Presidente tem pelo menos uma garantia, é que governar em duodécimos com um orçamento de treze milhões e duzentos mil contos já é mais desafogado do que fazer o mesmo com um orçamento de sete virgula oito milhões de contos. Muito Obrigado.”

Vogal Rogério Madaíl:

“Muitos dos assuntos que eu queria focar já foram aqui referidos pelos meus anteriores companheiros de bancada. Uma é relativamente à rua Direita; existe uma barreira arquitectónica entre o Fórum e a Rua Direita. Existe um entendimento geral de que há que tomar acções no sentido de superar aquela barreira. Pessoas com crianças e pessoas de idade, que querem ultrapassar a rua e não conseguem passar. Para apoiarmos os nossos comerciantes que estão fora do Fórum temos de ligar aquele espaço. Tem de haver uma ligação, talvez com uma passagem superior, mas eu não sou técnico caberá aos técnicos estudar para ali alguma coisa que possam ali articular as duas áreas.

Outro assunto era relativo ao 2004. É efectivamente um projecto estratégico como já aqui foi referido. Mas era já altura de começarmos a termos alguma ideia sobre o programa de acções que se pretendem implementar. Começar a quantificar e definir quais as áreas, para desta forma nós podermos dar o apoio com tempo. Em vez de isto ser uma manta de retalhos e de nos virem dizer alguma coisa a conta gotas, eu acho que seria interessante que o Sr. Presidente nos apresentasse isso de uma forma mais coerente integrada.

Outro assunto é o que está relacionado com o reforço da capacidade hoteleira. Aveiro é penalizadíssimo nos sistemas de apoio à infra-estruturas turísticas. Penso que é altura de se fazer uma pressão forte para mudar esta realidade, porque os investimentos na área turística são de difícil recuperação e os empresários precisam de apoio para se poderem apoiar. Têm-nos noutras áreas, o que é que acontece? Vão parar para outro lado porque aqui não têm os apoios. Penso que era importante na revisão do quadro comunitário que fosse dado aí uma achega. Outra ideia seria que fosse dado prioridade na aprovação nos projectos que vão sendo apresentados à Câmara e fazer uma articulação com o Fundo de Turismo que possa facilmente aprovar esses projectos, porque o tempo é pouco e quando chegarmos a 2004 não temos essas infra-estruturas e penso que há um déficite grande aqui em Aveiro nessa área.

Quanto à sua Comunicação Sr. Presidente, acho que ela é muito restrita, ela é vaga. Dá realmente algumas ideias, mas relativamente à informação financeira eu permitia-me sugerir aqui algumas ideias que poderiam ser contidas numa forma sistemática, como sejam quer ao nível de responsabilidades, quer ao nível de dívidas a instituições financeiras e não financeiras, a fornecedores e montantes das despesas correntes e de capital cabimentadas e pagas. A esse respeito há alguma preocupação. Com os dados a que eu tive acesso cheguei à conclusão que

dos quatro milhões orçamentados para 1999, apenas três milhões e trezentos mil estavam pagas! Isto nas despesas correntes - estavam pagas apenas oitenta e dois por cento.

Mas nas despesas de capital apenas quarenta e oito por cento das despesas cabimentadas estavam pagas - portanto há ainda muita coisa por pagar!? Isto são dados que me foram facultados pelos serviços. Acho que isto é de alguma forma preocupante.

Mas continuando na informação financeira, também o montante das receitas correntes e de capital, não seria preciso muitas informações mas as informações mais relevantes elas deviam ser relatadas a nível da Comunicação.

Outra situação que observei, foi as condições de trabalho dos funcionários da Câmara. Efectivamente, como já foi aqui falado pelo Dr. Filipe Brandão, penso que as condições das pessoas que lá trabalham é realmente penalizante.

A situação financeira tanto quanto me é dado observar há uma taxa de execução orçamental nas despesas correntes que é de cerca de oitenta e dois por cento, mas muito restrita nas despesas de capital. Era interessante que fosse ao contrário que tivesse feito mais despesas de investimento de capital, que apenas foram de trinta e um por cento do previsto. É que as despesas correntes fazem-se e vão com o vento, mas é preocupante as despesas com capital com esta execução.

Quanto ao passivo a entidades não financeiras de, um virgula sete milhões de contos a entidades não financeiras, queria colocar aqui uma situação - e às entidades financeiras qual é o valor do passivo? Porque é realmente importante o passivo a entidades financeiras ser analisado a nível das diversas instituições. Por agora fico por aqui.”

Vogal Virgínia Silva Veiga:

“Muito rapidamente, para me referir a três assuntos. Relativamente ao reforço da capacidade hoteleira e no seguimento da intervenção do Dr. Rogério Madaíl, que me pareceu muito interessante no que respeita à questão do aspecto turístico de Aveiro e do modo como é tratado pelas diferentes entidades. Eu gostaria de reforçar, chamando à atenção - embora haja aqui pessoas muito mais abalizadas para falar desta questão - Aveiro tem estado emparedado entre a Figueira da Foz e Espinho. O que consta, é que isso vem dos lobbies turísticos ligados aos dois Casinos. Verdade ou mentira, a verdade é que Aveiro mesmo em relação aos fundos comunitários, Aveiro foi sempre preterido em relação a essas duas zonas. É tempo, de facto, de todos nós, Câmara incluída, tomarem alguma atenção junto das entidades competentes nesta matéria e ver que tipo de projectos são aprovados e ver até que ponto Aveiro se mantém em condições de candidatura. Porque a ideia que tenho (e neste momento não tenho números na cabeça), mas em relação aos SIFIT, a malha criada para acesso aos apoios era de tal maneira que Aveiro nunca encaixava. Isto é, Aveiro que necessitava muito mais do que Espinho ou Figueira da Foz, não tinha os requisitos. A Lei era feita de tal maneira que, Aveiro nunca cumpria os requisitos necessários para apresentação de candidaturas a esses projectos. É isto que nós temos de passar a denunciar ou a reclamar e muito rapidamente; sobre pena de continuarmos a ter entraves enormes, quer quanto à construção de unidades hoteleiras, quer a uma pretensão séria (e por que não) a um Casino nesta zona. Este era um dos aspectos, outro é o das BUGAS.

O da BUGAS, para mais uma vez reforçar a posição que sempre defendi, já desde o tempo do Executivo anterior, de que realmente as pistas de bicicletas são muito importantes na medida que permitam a circulação por essa via de crianças e menores. Na medida em que o não permitam, salvo o devido respeito, não prestam - estão todas mal feitas. Eu disse aqui uma vez, ainda no tempo do Executivo anterior, que se havia medidas às vezes tipicamente de defesa do sector feminino da população, uma delas era essa. A criação de uma pista de bicicletas, onde as mães pudessem colocar os seus filhos para irem para as escolas ou para os colégios, em condições de perfeita segurança, sem terem de se preocupar em agarrar nos seus próprios

carros de manhã para terem que ir levar as crianças e os jovens às escolas e depois seguirem para os seus próprios empregos. Essa seria uma grande medida para ajudar as mulheres do concelho de Aveiro. Se estas pistas não servem para esse efeito - não servem, estão mal feitas. Isso não significa que não devessem ter sido feitas; precisam é de ser melhoradas. E, o que se torna verdadeiramente assustador, são os termos desta Comunicação. Dão de barato que, foram corrigidos os vários aspectos negativos da forma como estavam feitas - e não foram. As pistas tiveram o seu início, mas tiveram um início mau - reconhecamos. Estão muito mal assinaladas. Repito o que disse na Assembleia anterior: Vi já três pessoas tropeçarem, em quase queda livre, naquela sinalética que não está devidamente feita. Perguntava ainda, mais uma vez, até que ponto a Câmara tem seguro que cubra os riscos inerentes - que são muitos e grandes - do atravessamento de vias estradais por ciclistas? E insisto na necessidade, porque não é só Aveiro que não está habituado a isto, é o país inteiro, e necessário se torna a existência de seguro obrigatório porque as pistas não são só utilizadas por utilizadores de BUGAS. A situação é perigosa e perigosa também, para o tráfego automóvel. Um automóvel que circule na Avenida, arrisca-se a ver na sua frente alguém que sem qualquer espécie de seguro pode provocar um acidente grave, não apenas para o próprio, mas também para quem circula de automóvel. A sinalética está muito mal. Junto ao Fórum, ainda hoje vi circularem com carrinhos de bebé, e pessoas de idade, e outras, na pista!? Porque a única sinalética da pista, são de facto, aqueles sinais vermelhos que manifestamente não lembram a ninguém como sendo uma via destinada ao trânsito de velocípedes e interdita a peões. Há que assinalar de uma vez por todas isto devidamente, e não fazer os cortes da Avenida, por exemplo, com tinta branca igual à tinta das passeadeiras, porque é convidativo ao atravessamento de peões.

Em relação à intervenção do Sr. Dinis Correia. Eu não vou comentar o facto dos deputados municipais terem chegado ali e não se poderem sequer sentar, sem ter chegado o Sr. Presidente da Câmara; é evidente que não iam instalar-se antes de chegar todo o Executivo. Não comento o facto, de ao fim de seis anos ter visto a Assembleia Municipal ser tratada como se de funcionários se tratassem; porque respeito demasiado os funcionários para me permitir comentários dessa natureza. E a questão que se põe, não é porque não fomos para esta mesa, é por que é que os deputados municipais são tratados sistematicamente por este Executivo desta maneira? Já disse isto três vezes, tenho de dizer uma quarta: naquele jantar, eu só fui por obrigação da tal dita cuja mesa. Tinha um jantar de Magistrados e Advogados nessa noite, e pareceu-me de extrema indelicadeza que, a Assembleia não estivesse devidamente representada na mesa. Quando o protocolo nos mandou que sentássemos noutra sítio, eu pensei que era mentira e não levei a sério, mas a seguir constatei que assim não era. Para mim, é muito mais irritante, que nós não sejamos devidamente tratados e que não seja compreendido o nosso papel. É o chato papel da democracia - é uma maçada, mas existe e tem que existir. E ainda que, em cem das coisas que a gente diga noventa e nove ou até as cem, sejam completamente desinteressantes, o respeito tem de se manter em absoluto porque é o respeito por um sistema. E, nestas circunstâncias, eu permitia-me chamar uma vez mais à atenção (espero que a última), para o seguinte: nós deputados municipais aveirenses necessitamos de ser convidados para aqueles casos (em que a cada um depois caberá à sua consciência dizer se deve estar presente ou não) onde se discutem coisas, que depois nos são necessárias como back-ground, para depois podermos ser vozes críticas profundas aqui. Não se queixem depois, se nós temos intervenções de menor suporte técnico como seja o caso da Aveiro Digital, se nós apenas fomos convidados para uma das iniciativas da Aveiro Digital.

Finalmente, eu não menosprezaria o que aconteceu com o Executivo anterior. Houve pessoas de lágrimas nos olhos por se terem de separar umas das outras. Foi extremamente importante o convívio que houve entre pessoas, que quase paulatinamente se despiram dos seus próprios partidos, para olharem para uma única coisa - as pessoas de Aveiro.”

Vogal Capão Filipe:

“Vou tecer alguns considerandos sobre a Comunicação, que vou dividir por pontos. O primeiro é saber o ponto da situação no que diz respeito às novas instalações da nossa Assembleia. Isto é, se se mantém a alternativa para ficarmos no rés do chão da sala de entrada ou se surgirá a nova alternativa na reconstrução do edifício junto ao José Estevão. Isto porque daqui a algumas horas estamos de novo com o síndrome do edifício doente e que tem sido característico desta sala, e uma vez que já foi entregue o projecto há uns meses, qual é o ponto da situação?

Segundo ponto, é a inauguração das linhas de circulação internas dos Serviços Municipalizados, que é uma etapa que faz parte do progresso que nós desejámos para Aveiro. Porém, permitam-me referir dois ou três itens. O primeiro dos quais é o seguinte: quando vemos o estabelecimento de linhas de transporte como o Metro, temos diferentes tipos de cores que podem diferir em tempo de uso público. Existem as linhas vermelhas, as linhas azuis, as amarelas e por aí adiante. Como nós sabemos foram inaugurados as linhas, e essa designação das linhas é a azul e a verde. Nós já na altura referimos termos o orgulho e assumirmos as especificidades aveirenses e parece que anda por aqui alguém com complexo de Édipo e que terá um certo espírito de renegar essas mesmas especificidades. Não compreendo que os pequenos autocarros, pelo menos uma delas, quiçá a que passa no Estádio Mário Duarte, não se designe por linha amarela.

De referir o seguinte: isto integra-se em que realmente é tão importante colocar as coisas em funcionamento como preocuparmo-nos com os acabamentos; pois não se compreende que eles estejam assinalados com o sinal típico dos autocarros e não se terem colocado postes (Com certeza existem muitos criativos), com uma proa estilizada de um barco moliceiro ou qualquer tipo de ex-libris, com a designação de cada uma das paragens (avenida tal, rua tal...) cada paragem ser assinalada. Eu penso que tudo isto está previsto, só que pelos vistos é uma política de prioridade aplicação de fundos, mas quiçá agora que a Internet é quase gratuita para todos, talvez se possa dar agora prioridade para o tal sistema integrado de mobilidade, mas a sê-lo de facto, sê-lo também com a preocupação dos acabamentos. Não se pode fazer um edifício e deixá-lo em tijolo.

Assim, pergunto ao executivo aveirense se está disposto em mudar o nome de uma das linhas para linha amarela? E segundo, qual é o ponto da situação da verdadeira aplicação do Programa Aveiro Cidade Digital e quando na prática estará em funcionamento um sistema de semaforização inteligente e um sistema integrado de mobilidade.

O ponto número três a pista de Atletismo aveirense. Perguntava ao Executivo, uma vez que há sinais de degradação do relvado e tem-se deferido no tempo a edificação das bancadas e balneários que consolidaria este recinto desportivo como um dos melhores do país, qual é o ponto da situação para o bom fim desta mesma obra?

Ponto quatro. Em relação à BUGA, e aqui também constitui uma grande etapa para o desenvolvimento de Aveiro nos quais nos revemos, mas também nos revemos nas críticas aos acabamentos. Há determinadas coisas que se foi inventar, nomeadamente a utilização de cimento cru e umas anilhas de plástico, quando o ortodoxo perante esta situação é desde sempre a utilização de mosaico cor tijolo e algumas vezes o próprio alcatrão, alcatroando com uma cor diferente que vai um bocadinho para cima da pista automóvel; em que ora anda a bicicleta ora anda o automóvel não havendo bicicletas. Este tipo de solução pode colocar numa semana pistas por tudo quanto é Aveiro.

O quinto ponto é a singularidade de Aveiro. Isto é, perante a singularidade que estamos a adquirir perante os percursos pedonais e das bicicletas, é para mim também uma satisfação ver acabar o lago. Agora, sou de opinião que, a continuidade do lago e novos canais urbanos têm de fazer parte da obra geracional nossa contemporânea. Vou dar um exemplo, uma vez que vai haver uma nova Expo-Aveiro ali a seguir, porque não levar a navegação até um sítio de

congressos que vai acolher milhares de pessoas. Só assim é que podemos fazer a continuidade da singularidade de Aveiro.

Gostaria ainda de perguntar ao Executivo, neste momento, o que se passa com a requalificação do espaço da lota? De Assembleia Municipal para Assembleia Municipal, os sinais de degradação são em crescendo. E entronco este aspecto com a já tão falada nova Marina. A nova Marina é uma obra essencial para a nossa região, fiquei foi sem saber para que tipo de embarcações é. Também é para atracar paquetes? Só barcos de recreio ou iates. Se for assim, a Marina de Vilamoura a vantagem que tem é a localização que tem e ter Quarteira ao longe. Isto é, uma Marina em Aveiro com trinta e cinco quilómetros de Ria tão bonita de apreciar, ter o peixe do lado direito e a indústria do lado esquerdo é colocar tudo ali a monte, quando eventualmente podemos colocar uma Marina onde se olhe para todos os lados e se reveja o espaço natural da Ria.

Outro aspecto é eventualmente integrado neste espaço da lota ou da futura Europa dos Pequenitos; não se interessa que os barcos venham só meter gasolina, mas que saiam dos barcos e andem. O andar da Gafanha da zona de peixe e industrial para a cidade de Aveiro pode fazer implicar que só metam gasolina e se façam novamente ao largo. Eventualmente mais próximo da cidade permitiria por exemplo que na zona da Praça do Peixe ter muitos Peter's Bar. Isto é, saírem a pé do barco e assumirem a cidade.

Por último, gostaria de saber qual o ponto de situação em relação ao destino dos terrenos dos armazéns gerais. Existiu entre tanto ou não, algum protocolo de permuta dos terrenos com o Hospital? E em caso afirmativo, perguntava se o Executivo aveirense considera que, as anunciadas obras de melhoramentos no Hospital de Aveiro servem ou não de exclusão a curto prazo da construção do novo Hospital. Eventualmente para as exigências do EURO 2004, a ampliação das urgências, um bocadinho do quadro de pessoal aumentado e a unidade de cuidados intensivos, já satisfaz o caderno de encargos. O abarracamento com a cedência de terrenos ao Hospital, há quem diga já que o Hospital dura para mais vinte anos!? Tem que haver aqui um esclarecimento total do tipo de estratégia e assim a minha pergunta ao Executivo é: se o Executivo aveirense tenciona submeter à aprovação desta Assembleia esse mesmo protocolo? E segundo, isto é, se em caso negativo entende que essa mesma permuta não deva servir de exclusão a curto prazo da construção de um novo hospital? Pergunto então quais as medidas que o governo aveirense irá tomar em relação ao governo da República, acerca da programação para o rubricar de um protocolo simultâneo, designadamente de aquisição de um espaço para o novo hospital? Isto é, interligar ou não estes dois processos.

Por último, apenas uma ilustração da discussão que o Partido Socialista diferiu pelo menos em dos meses. Em 16 de Dezembro de 99, saiu uma notícia que mais ou menos referia isto: o Hospital de Aveiro recusou a aceitação de credenciais para a realização de consultas de doentes em doze especialidades, sendo que a explicação para esta ocorrência será a de que o Hospital só pode servir a comunidade de acordo com a capacidade instalada. No fim de contas, o que nós Assembleia Municipal assistimos é que a nossa comunidade aveirense é majore e a capacidade hospital instalada é minore. Por isso, até daqui a dois meses, em especial ao Partido Socialista que diferiu no tempo esta discussão.”

Vogal Jorge Nascimento:

“Esta Comunicação do Sr. Presidente é manifestamente pouco extensa. Três razões eu alcanço que sejam o motivo desta pequena extensão. Uma delas é com certeza a grande capacidade de síntese do Sr. Presidente. Outra é seguramente o pouco que a Câmara fez. E outra ainda é a muito fraca vontade que o Sr. Presidente tem em explicar aquilo que vem fazendo.

Portanto, penso que todas estas ideias são verdadeiras e estão aliadas a esta pequena Comunicação.

A Comunicação refere a pedonalização da rua Direita. Toda a gente viu com agrado a pedonalização da rua Direita, mas poderia ter sido obra melhor feita; estou claramente a aludir ao tipo de calçada, que contrasta em muito em desfavor da qualidade com a calçada à portuguesa que existe na Praça do Município e nos passeios da rua dos Galitos. Era bem que a Câmara tivesse feito algum esforço de qualidade no sentido em que a obra tivesse sido feita no mesmo tipo de calçada.

A Comunicação refere alguns gastos nas freguesias. Tem sido aqui um tema em todas as Assembleias que a Câmara gasta pouco nas freguesias e muito na cidade. Em face desses reparos anteriores, eu esperava que a Comunicação viesse aqui dizer qual foi o critério de prioridade e que devia estar articulado com o Plano de Actividades que esta Assembleia aqui aprovou. O Sr. Presidente deveria estabelecer nesta Comunicação uma referência sempre do que fez com o que está planeado e quais foram os critérios de prioridades.

O Sr. Presidente compreende que o que nós sabemos disto vem nos jornais. Não estamos a tempo inteiro na política, não estamos na Câmara. A única oportunidade que esta Assembleia tem é esta informação que o Sr. Presidente aqui traz e no fim do ano o Relatório de Actividades. Esta Comunicação se existe é para ir dando conhecimento do que se vai fazendo, e para que a Assembleia possa fazer algum reparo naquilo que pensa que o executivo possa fazer e não faz.

BUGAS. Eu penso que o Sr. Presidente, quando teve a ideia de instalar as BUGAS, era de gerar aqui uma apetência por um transporte alternativo, uma modificação sobretudo, nos hábitos dos transportes utilizados pelos aveirenses. Mas eu corroboro as ideias já aqui exprimidas de que realmente as BUGAS não têm o resultado esperado, pelo contrário. Tem sido é motivo das pessoas se divertirem à custa das BUGAS; têm utilização recreativa, mas para aquilo que devia ser não tiveram. E, se o efeito é recreativo, deve-se dizer com toda a clareza que a pista está mal instalada na Avenida. A Câmara que construa pistas nas zonas de lazer onde não venha estorvar o trânsito. Mas eu devo dizer que esta Câmara não puxa os cordelinhos para a utilização dos meios alternativos de transporte, que deve puxar; no meu entender não faz isso.

Eu acho que o futuro dos centros das cidades é não terem automóveis. Então nós ao que é que assistimos - assistimos ao anúncio de que esta câmara está a fazer parques de estacionamento no centro da cidade! Quer trazer carros para o centro da cidade, isto é, aumentar o fluxo de trânsito. No meu entendimento não devia ser assim, está perfeitamente ao contrário. A Câmara devia era começar a desenvolver um transporte urbano de qualidade, penso que há que apostar nisso e fazer uma acção gradual e paulatina nesse sentido. Ir melhorando os transportes colectivos e ir dificultando o acesso aos automóveis, em vez de fazer parques de estacionamento no centro fazê-los fora. Mas isto vinha a propósito das BUGAS; as BUGAS até agora não resolveram nada, e não creio que a forma como isto se está a desenvolver venha a dar algum fruto nesse sentido.

Também gostava que o Sr. Presidente explicasse, já aqui foram apontados até factos concretos de que têm sido necessário desvio de meios financeiros para finalidades que não são próprias. E o Sr. Presidente na sua Comunicação diz que esta Câmara está numa situação financeira excelente. Isto, como no de mais é tudo muito conclusivo. Nós, com o direito à informação que temos, gostávamos de saber. Para se saber se isto financeiramente está bom, é necessário averiguar que responsabilidades têm, a que prazo, que tipo de receitas vamos ter; e se com isso se faz frente às exigibilidades que advém à Câmara. Só assim é que se quantifica. Porque realmente o Sr. Presidente para nos dizer que tudo vai bem, sem nos dizer como, escusa de cá dizer. Tudo vai bem, nós admitimos que sim, mas tem de nos dizer como e só assim é que esta Comunicação tem alguma valia e alguma utilidade.

Passagens desniveladas. Eu sublinhava só um aspecto que já aqui foi dito. Aquela passagem do eucalipto (não sei se a Câmara teve alguma participação, gostaria de saber, mas se teve fez muito mal porque aquilo era para ser custeado pelo Centro das Glicínias) existe ali uma situação de grande perigosidade. Quem vai da rotunda e se encaminha para Ílhavo, encontra na

zona dos lacticínios um afunilamento Perigosíssimo. É bem que esta Câmara corrija aquela situação, que penso só poderá ser com uma conversação com os lacticínios para que cedam uma parte do quintal; é urgente fazer isso.

Venda de Bens. Isto é uma situação que me tem preocupado. Penso que esta venda de bens alude a uma praça que ficou deserta. As pessoas começam já a ter a consciência de que os Planos não é só coisa de engenheiros e arquitectos, é coisa também dos cidadãos porque bule com eles. Já aqui foi falado, que é impróprio que a Câmara esteja a vender sítios destinados a construção onde o Plano nem por sombras está aprovado. Eu não sei como é que a Câmara se lança numa operação de venda dos terrenos sem o Plano do Centro estar aprovado!? Mas isto também se liga com um programa de contrato leasing que há tempos aqui foi aprovado nesta Assembleia, é que os terrenos que estão ali nem da Câmara são. Os terrenos são da Caixa Geral de Depósitos e que a Câmara só terá direito de vender esses terrenos quando pagar, antes disso os terrenos não são da Câmara. Mas o Sr. Presidente já põe cá a receita da venda dos terrenos, mas não põe cá quanto é que tem de pagar para ter os terrenos! Ora isso é uma situação absolutamente falsa. Isto são referências que tem esta Comunicação.

Eu gostava ainda de saber algo do que fez sobre a Europa dos Pequenitos. Hoje fala-se em Marina, não sei quantos, Euro 2004, mas eu acho que a Europa dos Pequenitos tem uma iniciativa valiosíssima em termos de desenvolvimento do Turismo. Basta pensar o que é em termos de Turismo o Portugal dos Pequeninos e a Europa dos Pequenitos penso que tem que ser algo de maior porque tem outra amplitude. É bem que tenham esta consciência, que a Europa dos Pequenitos deixe de ser em Aveiro, é algo gravíssimo e lesivo dos interesses dos aveirenses - isso é sem dúvida, porque perderíamos muito mais do que não se realizasse cá o Euro 2004. Eu creio que a Europa dos Pequenitos é uma obra com um alcance económico muito mais valioso do que propriamente o Euro 2004, porque desenvolve-se num período temporal limitado.

O Sr. Presidente também nunca mais (teve uma grande fulgurância, no período eleitoral) disse que ia municipalizar os canais da Ria. Mas o que é que já foi feito, que diligências é já fez? Eu espero que o Sr. Presidente venha cá dizer o que já fez, não venha cá dizer que está tudo bem encaminhado - isso do bem encaminhado estamos nós cheios. Espero que em relação aos canais e à Europa dos Pequenitos venha dizer o que é que já fez, pois só assim se pode avaliar da acção válida do Executivo.

Gostava ainda de perguntar ao Sr. Presidente, onde vai contabilizar os gastos de um concurso que foi agora aberto para a pavimentação provisória (e sublinho provisória) dos caminhos envolventes do lago, que vêm só com o propósito de realizar a festa do fim do ano, onde a base de licitação disso são seis mil e quinhentos contos. É bem que gerem as condições para haver festejos, mas consta que esta Câmara vai gastar seis mil e quinhentos contos para tratar da envolvência do lago!? Mas é que me consta que esse gasto vai ser inscrito em verba corrente, (porque aquilo é só para a festa) e devia ser em despesas de capital e não o é. Os aveirenses que pensem se é muito se é pouco gastarem-se seis mil e quinhentos contos para arranjar um caminho que é provisório.

Em relação à Marina, nós fomos agora confrontados com um Decreto Lei 507/99 a estabelecer as bases para a construção e exploração da Marina de Aveiro, e os municípios aqui à volta da Ria não são chamados. A consulta não devia ser dirigida a Aveiro, mas a todos os municípios que de alguma forma possam ser afectados (para o bem e para o mal) pela Marina. Bem, por agora fico por aqui.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos para jantar.

2.ª PARTE

Pelas 22:15 horas, foram retomados os trabalhos, presididos pelo Primeiro Secretário João Pedro Simões Dias, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, por ausência do titular do cargo, secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos como Primeiro Secretário e pelo Vogal José Augusto Fernandes Júnior como Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Maria Teresa Fidélis da Silva, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, António Ildebrando Nunes Costeira, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Maria João Santos Pais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Rogério Mário Madaíl da Silva, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Diogo Manuel Santos Soares Machado, António Sousa Dinis Correia, Dinis Marques, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos vogais: Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, João José Ferreira da Maia, Manuel Simões Madaíl, Élio Manuel Delgado da Maia.

Retomados os trabalhos, deu-se continuidade ao ponto n.º 1 - Comunicação Escrita do Presidente da Câmara, sendo dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões.

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Vou tentar responder então a todas as questões de uma forma sintética e não anoréxica, isto é, cheia de conteúdo. Primeira questão de facto foi sobre a própria apresentação e os próprios termos de Comunicação. Eu gostava de lembrar o seguinte: em primeiro lugar a Comunicação versa sobre um período que são pouco mais que dois meses e, portanto, é preciso não perdermos isso de vista. E, se olharmos um bocadinho a retrospectiva, também, no que foram as outras comunicações, eu tenho adoptado de facto esta metodologia de apresentação das comunicações que são sintéticas, e esta não é sequer das mais sintéticas quando comparada com outras. Se me permitem, para utilizar uma figura de estilo equivalente, eu diria que o meu esforço é o de tentar eliminar algumas adiposidades e, portanto, combater alguns fragmentos de texto que seriam meramente celulíticos e por isso, é uma comunicação que procura estar elegante, estar em forma; de facto tentei sintetizar o essencial e o essencial está lá. Uma das questões essenciais e que o Sr. Salavessa chamou a atenção, foi o Euro 2004. O Euro 2004, tem varias intervenções (queria chamar à atenção para isso) de facto é necessário, é conveniente, é oportuno, promover-se um grande debate e que a discussão seja franca, seja aberta sobre esta questão. Acontece é que a Câmara não quis fazê-lo de uma forma prematura. E seria certamente prematuro estar a promover essa discussão e esse debate, antes de termos connosco as regras que vão enquadrar a nossa candidatura, e como sabem (outra vez coincidência), mas há dois dias julgo eu, o Governo aprovou um conjunto de regras específicas, criou a sociedade Euro 2004, e aprovou há dois dias creio eu, um conjunto de regras específicas em função das quais, nós estaremos então sim em condições de analisar qual vai ser o melhor modelo de gestão e poder pensar com uma base mais sólida tudo aquilo que há para fazer. É evidente que não é só a questão do estádio, mas o estádio vai ser ocasião ou pretexto e a justificação, para que se façam muitos outros investimentos que estão associados, apesar do Euro durar só um mês. Portanto, temos que ter essa noção. Quando alguém há bocado lembrava

que se calhar o projecto Europa dos Pequenitos é estrategicamente mais importante, sou capaz de concordar, porque temos que aproveitar muito bem este mês de ouro para realizar uma série de investimentos que são importantes. Desde a capacidade hoteleira, que foi aqui referida em várias intervenções, à capacidade de satisfação dos cuidados de saúde primários e não primários, acessibilidades, naturalmente, tudo isso. Devemos conversar, é um projecto para conversar em conjunto e discutir, todas as ideias serão bem vindas, todos os contributos que as diferentes sensibilidades políticas e aquelas pessoas que não estão na política puderem dar para este dossier julgo que é importante. Como sabem, isso já veio nos jornais, a candidatura portuguesa pode ser feita só com oito estádios e, portanto, não devemos dar nenhum pretexto a que a candidatura de Aveiro possa sofrer algum atraso ou possa correr mal. Porque se os responsáveis pela candidatura portuguesa chegarem à conclusão que, de facto, há um ou outro estádio cujo processo está a criar problemas ou a atrasar-se, não porão em causa a candidatura portuguesa por causa disso e, portanto, que não sejamos nós a ficar para trás e é mesmo um esforço de toda a cidade e de todas as pessoas interessadas, que vale a pena fazer para que esta candidatura corra bem.

Quanto ao “site” da Câmara Municipal de Aveiro, só tenho que dar a mão à palmatória. De facto, há um grande contraste entre o “site” das conferências do milénio. Vamos corrigir isso, mas há de facto um grande contraste entre o “site” das conferências do milénio e o nosso, que está em reparações há imenso tempo. Acontece é que tínhamos um projecto muito ambicioso para a formação da página, e talvez a ambição tenha sido ou foi a causa de algum atraso e agora temos mesmo que mudar de abordagem porque estamos a chegar à conclusão que, com aquele projecto, aquele modelo de página que tínhamos, não íamos tê-la pronta tão depressa, vamos contratar fora a feitura dessa página, porque felizmente agora já há empresas especializadas na produção de páginas da Internet com categoria. Portanto vamos fazer isso, é uma situação que nos constrange e que lamentamos.

O trânsito no Senhor dos Aflitos. Eu de facto, fui infeliz na forma como redigi esse parágrafo. Eu não quis de modo nenhum dizer que tinham acabado os engarrafamentos em Aveiro, o que eu quis dizer é que acabaram os engarrafamentos na rotunda do Oita. Acabaram, isso acabaram de certeza. Claro que agora temos o trânsito um bocadinho, transferimos se quiser o ponto de maior tensão para o Senhor dos Aflitos, mas não se compara o tempo de espera que se tem, mesmo com a temporização dos semáforos que tem que ser corrigida, com o tempo que se tinha de espera na rotunda do Oita, que era de facto muito mau.

Depois, quanto à informação que é dada sobre a situação financeira, eu queria dizer o seguinte: queria lembrar isto, é uma novidade da lei, a lei não indica nenhuma grelha de informações que necessariamente tenham que ser prestadas, a experiência vai ensinar que tipo de informações é que são imprescindíveis. Mas, por exemplo, incluir informações sobre a tesouraria e os depósitos pareceu-me que seria uma informação que poderia ser errónea e até induzir em erro a própria Assembleia, porque entre o momento da feitura da minha comunicação e a realização desta Assembleia, os movimentos da tesouraria e os depósitos, como imaginam, alteram-se imenso. Portanto, era uma informação que valia muito pouco. A estrutura da dívida não financeira, talvez. Eu até não tenho problema nenhum em dizê-la, o tal milhão setecentos e oitenta contos que vêm aí, pode-se discriminar desta forma: cerca de trezentos mil contos a fornecedores, cerca de oitocentos mil contos a empreiteiros, entidades subsidiadas cinquenta mil contos, Juntas de Freguesia oito mil quatrocentos e cinquenta e um mil contos, entidades oficiais sessenta e um mil, outros quatrocentos mil contos e diversos cem mil. Nos “outros” estão coisas como a Suma, como o Carvoeiro, como Simria, grandes parceiros institucionais que têm alguma capacidade de resistência digamos assim. É preciso saber gerir o bem em função de quem mais dele precisa. A propósito disto também gostava de dizer que, não há contradição nenhuma, penso que foi uma questão colocada pelo deputado Diogo Machado, a contradição entre a afirmação de que estamos solventes e a necessidade de novos empréstimos é

só aparente, não há nenhuma contradição. Uma coisa é de facto a capacidade do município para solver os seus compromissos, e ela é tão grande que temos apenas vinte e dois por cento da nossa capacidade de endividamento absorvida e, portanto, a solvência do município enquanto tal é uma coisa, outra coisa é a vantagem que temos em beneficiar de crédito em condições absolutamente excepcionais, para poder canalizar para projectos que se não forem pagos já vão ocupar o espaço da quota no próximo quadro comunitário de apoio. Portanto, por um lado estamos a beneficiar de um crédito a uma taxa de juro que é muito favorável, por outro lado não estamos a ocupar a quota com esses projectos que teriam que transitar para o terceiro quadro comunitário de apoio. Não há portanto contradição nenhuma. De facto, ainda não formalizámos um conjunto de situações que temos que tomar na sequência da nova Lei. A designação do Vice-Presidente, isso terá que ser feito numa das próximas reuniões de Câmara, é uma informação que fica prestada.

As inundações na beira-mar, todos nós assistimos, este ano houve de novo a coincidência de termos um período de marés vivas com um período que antecedeu muitas chuvas, o que fez com que de facto, as ribeiras e os rios tudo viesse com muita água e a coincidência de esse fenómeno com as marés vivas provocaram inundações como raramente tínhamos em Aveiro. Temos a esperança que as comportas que já estão adjudicadas no canal de São Roque vedem o sistema, e que portanto, numa situação de coincidência destes dois factores, a haver algum transbordo das eclusas como aconteceu este ano na eclusa central em que a água passou por cima da eclusa, que o efeito da inundação seja atenuado. Temos essa esperança, mas em Aveiro de facto a água entra por todo o lado e não quero ser eu a garanti-lo, mas quanto às inundações felizmente a população encarou isso com serenidade e a nossa protecção civil esteve presente, não houve nenhum acidente e gostava de relevar isso.

O Conselho Municipal de Segurança. Tenho que dar a mão à palmatória, de facto está nas minhas mãos a instalação do Conselho. Houve uma reunião, a comissão que ficou encarregada de elaborar propostas de alterações já me fez chegar o relatório há algum tempo, e neste momento devo convocar logo que possível uma nova reunião.

Alienação de terrenos sem Planos de Pormenor. Vamos lá ver, uma coisa são as necessidades, e isto é uma discussão que é recorrente nesta Assembleia e que já temos conversado muitas vezes e que também foi colocada pelo Dr. Jorge Nascimento e por várias outras pessoas, mas não confundamos as necessidades do Planeamento e de termos Planos eficazes, com a impossibilidade de vender alguns lotes de terreno. Esta lógica aplicada noutra contexto, queria dizer que por exemplo Sá Barrocas teria que estar por construir porque o Plano ainda não está eficaz. E as vendas foram sendo feitas no mandato anterior, por exemplo. Não confundamos portanto as coisas. O que é preciso é, haver um equilíbrio sensato e muito rigoroso entre as diferentes fases em que esses Planos estão e a liberação de meios financeiros para a Autarquia e, portanto, julgo que é isso que estamos a fazer criteriosamente.

Aterro da Taboeira. É verdade, penso que é verdade em geral aquilo que o Sr. Salavessa disse. Isto é, a adesão dos novos municípios vai ter como consequência que a duração média prevista inicialmente para o aterro da Taboeira, que era de dez anos, seja diminuída não só pela adesão desses mas também porque o volume de carga de resíduos que os aderentes iniciais estão a produzir é superior às previsões iniciais.

Arte nova. Eu agradeço-lhe o reconhecimento que fez do excelente trabalho que foi feito na Arte Nova, porque este executivo foi o primeiro que inventariou a Arte Nova toda, constituiu um roteiro e isto é já uma lembrança ao Virgílio Nogueira, que se esqueceu das coisas novas que este Executivo tem feito em matéria de cultura, mas é verdade também que as coisas não podem ficar assim. Temos a promessa do Sr. Ministro da Cultura, que devo dizer ainda não falhou uma promessa das que fez em Aveiro, de que uma verba importante seria afectada à recuperação dos imóveis da Arte Nova em Aveiro. Portanto estamos à espera que esse programa, na sequência das verbas que vêm aí, possa ser definido para que a recuperação do património se faça.

Sobre os Serviços Municipalizados e os mini-autocarros. Julgamos que está a ser um sucesso, mas estamos a avaliar a situação e portanto, seriamente, estamos a recolher dados, e seria também prematuro nesta fase vir apresentar as estatísticas, julgamos que na próxima Assembleia já traremos um quadro mais completo correspondendo a um período temporal que permite ter maior fiabilidade dos dados.

O Dr. Filipe Neto Brandão, lamentou-se pela constância diminuta da assistência às Conferências do Milénio. Eu faço uma leitura muito diferente. Eu acho que temos tido pessoas que estão aquém dos nossos desejos, mas que ficam além das expectativas de muitos. E as pessoas que vêm de Lisboa, algumas vêm de Lisboa, espantam-se como é que Aveiro tem capacidade para reunir sobre temas que são de facto interessantes (não são para todos), como é que em Aveiro nós temos pessoas interessadas que conseguem ter sempre duzentas, trezentas pessoas na sala; o que têm sido elogiado por toda a gente. É evidente, que há temas mais interessantes do que outros, para os quais a população de Aveiro tem maior apetência, outros terá menos, os próprios intervenientes também fazem variar muito as presenças, há pessoas com mais capacidade comunicativa e que são mais apelativas, porque são mais conhecidos pela imprensa, outros não. A verdade é que as Conferências estão a pôr Aveiro num mapa digamos assim, e a tal panóplia de personalidades de renome nacional e mundial, de facto, estão a ser de uma mais valia na Cultura Aveirense, e o relatório final que vai ser elaborado na sequência de todas as Conferências, espero que seja o repositório de preocupações profundas e de reflexões muito interessantes.

Sobre o Manuel Firmino. O Manuel Firmino tem que encerrar para obras como todos sabem, e como todos sabem também, julgo que é visível já, está em conclusão o novo mercado de Santiago. O que temos vindo a pensar, é que numa primeira fase as pessoas terão que ser transferidas para o mercado de Santiago, e deliberamos já em reunião de Câmara, a abertura de um concurso de concessão, em relação à futura utilização do mercado Manuel Firmino, mas sempre com a preservação da sua valência de mercado da horta. Portanto, achamos que é um espaço que está num sítio nobre, que tem inúmeras potencialidades e que vale a pena fazer um apelo à imaginação dos nossos arquitectos para valorizar muito aquele espaço que será um pouco contraponto do Fórum; mantendo-se ali o mercado da horta como encontramos em tantas cidades europeias, em pleno coração dessas cidades.

A preocupação com a vacuidade jurídica das BUGAS, penso que não têm razão de ser. Nós procurámos que o sistema fosse simples e que não tivesse um regulamento pesado, aprovado e discutido durante meses, etc. Mas julgamos que não há vácuo jurídico por isto: porque a situação das bicicletas neste momento é do ponto de vista do utilizador aquela que está no código da estrada, aquela que é aplicada a toda a gente, por um lado. Por outro lado, temos um seguro que cobre todos os acidentes e portanto, se houver algum acidente, enfim, em princípio estamos precavidos quanto às consequências daí decorrentes. Agora, é claro que não está tudo a correr bem nas BUGAS, nós não dizemos isso, o que se diz na Comunicação e o que eu reafirmo (e não disse que a fase experimental acabou, porque nós também não tínhamos um prazo para a fase experimental), temos vindo a aprender ao longo dos meses, destes poucos meses, com os problemas que têm aparecido. Melhor sinalética sem dúvida nenhuma, é necessário identificar bem as zonas de potenciais conflitos de peões com ciclistas, porque os acidentes podem ocorrer, é verdade. Tínhamos e sempre tivemos prevista uma margem de vandalismo, e de desvio, e de pernoita, sempre tivemos essa margem prevista. Não compramos ainda nenhuma bicicleta a mais, não foi necessário, os roubos não são assim tantos que haja alarmismos, e tivemos o cuidado de não colocar a totalidade daquelas que tínhamos na rua, porque não sabíamos qual ia ser a reacção e, portanto, temos vindo a testar. Há de facto, agora uma segunda fase, que tem que avançar, que é por exemplo criar uma maior relação de proximidade entre os “depósitos” e os destinos dos utilizadores. É isso que faz com que elas sejam abandonadas no hall dos prédios e por aí fora. Está prevista uma carrinha “BUGA” que

vai fazer a gestão no terreno do sistema; recolher as que estão abandonadas, equilibrar os diferentes postos, as oficinas têm que começar a trabalhar. Vamos estender ao máximo as pistas, de facto a pista da Avenida é a pista emblemática, mas como aqui alguém lembrou, nós não temos sequer que ter pistas daquelas, e podemos com a mera marcação do pavimento ter pistas a funcionar e portanto, a ideia é estender ao máximo o sistema, reforçar as bicicletas, arranjar um gestor de terreno e conviver com uma percentagem de vandalismo e de perdas, o que sempre esteve previsto desde o início. Infelizmente é assim, temos uma comunidade que ainda tem alguma (numa percentagem reduzida), falta de civismo e, tal como dá um pontapé no lixo às quatro da manhã, agora dá um pontapé numa BUGA. Tal como leva um sinal de trânsito para casa, agora leva uma BUGA para casa, mas a identificação delas está a funcionar perfeitamente. Ainda alguém no outro dia nos dizia que estavam três na Murtoza, em Viseu uma, mas isso é prova provada de que elas têm um elemento identificador e toda a gente sabe o que elas são.

Aproveitando também para responder desde já ao Sr. Prof. Britaldo Rodrigues, nós não visamos com as BUGAS aliviar os problemas do trânsito, não tínhamos essa ambição. Temos que ser realistas, o que nós queremos é fazer outra coisa, é incentivar um tipo de mobilidade urbana que obedece a uma lógica diferente e que pode levar alguns a deixar de utilizar o automóvel, mas não vamos resolver os problemas do trânsito com isso. A BUGA o que é que permite: permite que eu e o Sr. Professor nos encontremos ali de BUGA desmontamos e conversamos; no automóvel se nos cruzamos não podemos conversar e, portanto, introduz níveis de convivência urbana que são de cariz diferente e que são qualitativamente superiores, julgamos nós. E está a ser um sucesso em todo o país, como alguém dizia, mesmo que tudo falhasse tinha sido a campanha mais barata de promoção de Aveiro que alguma vez já se fez. Porque de facto, e respondendo também ao Sr. deputado Diogo Machado, nós gastámos muito pouco dinheiro até agora com as BUGAS. Cada BUGA deve custar cerca de vinte contos e irá custar menos, porque agora vamos introduzir a publicidade nos guarda lamas, como sempre esteve previsto, e por aí fora. Portanto, penso que o sistema tem boas rodas para andar, mau grado o momento mau em que foi lançado, é preciso reconhecê-lo, porque se fosse na Primavera como era inicialmente previsto o sucesso estaria à vista de todos; agora claro que é desconfortável andar à chuva, mas mesmo assim estamos confiantes.

Sobre o lago da Fonte Nova. O lago da Fonte Nova está pronto. E queria sossegar as pessoas a esse respeito. Há pequenos acabamentos que estão a ser feitos, mas a promessa é que ia ficar pronto até ao fim do ano e vai ficar pronto; o que não vai ficar pronto são apenas as zonas envolventes, porque não faria sentido estarmos a semear relva agora para ser calcada pelas pessoas que vêm à festa, de resto a estrutura principal do lago, podemos dizer tudo aquilo que compõe o lago fica pronto. E custa aquilo pelo que foi adjudicado. É uma obra que felizmente não teve trabalhos a mais, não houve surpresas, não apareceram os dinossauros, mas essa obra custou salvo erro cento cinquenta e quatro mil contos. Preservámos o geo-monumento, foi uma das coisas que fizemos. Queria também dizer, que constatei com tristeza, que há uma série de lixo, entulho, que está ali a ser atirado, que não é da nossa responsabilidade e que obviamente será retirado, mas que não prejudique depois a preservação do sítio enquanto geo-monumento.

A taxa de execução de sessenta por cento será baixa, pergunta o a Sr. Professor e perguntaram várias pessoas, eu julgo que não. Se fizerem um percurso pelos trezentos e cinco municípios do país, uma taxa de execução de sessenta por cento, é uma taxa muito boa; sobretudo num caso destes, em que estamos dentro daquilo que é habitual na Câmara de Aveiro. Nos últimos anos a melhor taxa de sempre foram sessenta e cinco por cento, que nós atingimos no ano passado, creio eu. Nós vamos ficar com uma taxa de execução que é muito honrosa e que tendo em conta o valor que está em causa significa, como se diz na Comunicação, que vamos gastar aquilo que nunca se gastou em Aveiro num só ano, cerca de oito milhões de contos. Portanto, isso vale a pena, digamos que os cem por cento nunca se atingem e portanto, não é grave do ponto de vista

da taxa de execução; corresponde até a um aumento de vinte e cinco por cento em relação ao que se fez no ano passado.

O Prof. Manuel António Coimbra, colocou-me uma questão sobre as Conferências do Milénio, que é a questão de eventualmente cobrarmos as entradas. É verdade, que do ponto de vista do marketing isso não está bem conseguido, a nossa dúvida é que temos de facto aí duas ou três Conferências em que já estamos a receber tantas manifestações de interesse, de pessoas que nos perguntam quanto é que custa a entrada porque presumem que a sala vai estar cheia e que as entradas serão pagas. Estamos a pensar nisso seriamente, ainda não se tomou a decisão, mas no caso do Alvin Toffler e do Irving Rein, tememos que de facto a sala esgote. Não tomámos ainda a decisão, mas reconheço que do ponto de vista do marketing isso não está muito correcto, porque pode desincentivar justamente as pessoas de irem a outras a pensarem que é a pagar. Acho correcta a sua observação. Também está correcto em relação aos dias de sol na cidade digital; é a única parede que neste momento não tem uma cortina. Devo dizer-lhe que já tenho lá os orçamentos e que terá também uma cortina para proteger do sol, porque nos dias quentes é de facto muito desconfortável. Também temos que dar a mão à palmatória, falta colocar a sinalização na passagem do eucalipto. E, respondendo também a uma outra questão, também falta adquirir, há negociações em curso e penso que isso vai ser resolvido rapidamente, uma fatiazinha de terreno na zona dos lacticínios, justamente para permitir que a saída se faça sem aquele apertão que lá está. Mas, havia um contencioso com os lacticínios na altura em que a obra se desenvolveu, que agora está ultrapassado, e portanto estamos convencidos que muito brevemente isso vai ser corrigido.

Passagem superior de São Bernardo. Já vinha no Plano de Actividades desde o ano passado, isso é só verificar. Já lá estava e, portanto, o que nós conseguimos foi adquirir finalmente os terrenos que durante muito tempo impediram uma obra que já está adjudicada há imenso tempo. Questões burocráticas ou administrativas (a expressão talvez não seja muito feliz), dificultaram a aquisição de alguns terrenos. Por exemplo, estou a pensar que uma avaliação da Direcção Geral de Património é um drama. São meses e meses, e pessoas que vão daqui a Lisboa, vêm e voltam para ver se conseguem as avaliações; registos de terrenos que nos fazemos as negociações e pensamos que estamos em condições de fazer as escrituras e depois não está, porque as pessoas não tem os terrenos registados e mais três meses para o registo; depois mais não sei quanto para o visto do tribunal de contas; são de facto questões deste tipo em que temos que ter uma estrutura muito mais operativa, para detectar logo todos os problemas e isto poder andar mais depressa. Não foi propriamente o mercado que falhou, devo-lhe dizer. Em Aveiro, há uma grande apetência por terrenos, e por terrenos bons.

Quanto às análises dos Serviços Municipalizados, eu depois remeteria para a explicação que o Sr. Eng. Canas vai dar, porque julgo que a sua preocupação vai ser plenamente satisfeita e que o resultado dessas análises vão passar a figurar mesmo nas facturas que vão ser enviadas para casa das pessoas.

Bom... o episódio do jantar dos funcionários, Sr. Dinis Correia e Dr.^a Virgínia Veiga, eu tenho que pedir desculpa, não fui eu que tratei de facto das mesas, quando cheguei lá disseram-me que na mesa estaria um representante da Assembleia Municipal e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Tal como organizaram o espaço foi esse o critério (além dos Vereadores), foi esse o critério que foi encontrado para não estar a privilegiar um ou outro membro da Assembleia Municipal; estava um representante da Assembleia Municipal e assim aconteceu. Peço desculpa, de facto não acompanhei o processo desta vez, não sabia que a tradição é que estivessem todos numa mesa, numa mesma mesa que aliás tem que ser uma mesa enorme, mas arranjava-se pronto. Foi só esse o critério, e a explicação que me foi dada quando eu percebi que houve a sua reacção, que me apercebi que algo estava a passar de errado, deram-me esta explicação; tenho que pedir desculpa aos membros da Assembleia Municipal, porque pelos vistos de facto não foi

respeitada uma tradição. E, naturalmente, não há nenhuma desconsideração pela Assembleia, longe de mim qualquer intuito desse tipo.

A Carla Macedo lembrou e bem, e também sabe bem ouvir o reconhecimento de algumas coisas boas. Os mini-autocarros julgo que estão a servir bem a zona do Beira Mar e a zona da Forca Vouga. O Sr. Eng.º Canas, também vai dar as informações que já tem disponíveis sobre as estatísticas, que julgamos estão a ser um sucesso. Também sabemos que há muitas pequenas coisas aí a corrigir, os placares com os horários, a identificação das linhas, a linha amarela - porque não, mas já há uma terceira linha se calhar, estamos a aguardar a linha amarela para a melhor linha, faltam mais quatro, deve ser essa a explicação.

Quanto ao Virgílio Nogueira, eu tenho que discordar ou contestar totalmente a intervenção que fez. Porque logo por azar e cingindo-se à minha Comunicação, das coisas que eu enunciei no capítulo da Cultura são todas novas. São as Conferências do Milénio, é uma iniciativa nova; é a segunda quinzena da fotografia, foi esta Câmara que promoveu; é o SENSIBILIZ'ARTE, foi esta Câmara que promoveu isto; Edições Municipais, têm sido muitas, belíssimas, e nunca houve tantas e tão boas; a Orquestra das Beiras, o Virgílio Nogueira devia saber, que esta Câmara tem enorme responsabilidade pelo facto de a orquestra ainda existir e, portanto, eu sinto-lhe aliás algum gosto e alguma responsabilidade nisso. Portanto, podia ter escolhido outras, admito que nós possamos fazer mais em Cultura, e diferente, e melhor, mas nas que escolheu logo por azar, julgo eu, foram todas más.

Depois, Prof. Henrique Diz, que me acusou de usar algumas metáforas e hipérbolos na Comunicação. Com todo o respeito, fez-me lembrar o Sócrates, com a técnica de colocar várias questões, para ver se leva interlocutor a retirar as respostas - eu vou dar as resposta, não são se calhar as conclusões que queria, mas eu vou tentar dar as respostas. Por exemplo, Conferências do Milénio, quantos; já respondi em parte, interessa-nos mais a qualidade e o nível do debate que se possa propiciar, mas temos as contas por alto feitas. A bienal, quantos estiveram presentes; não vem na Comunicação, mas foram apresentadas cento e noventa e quatro peças, cento e dezanove artistas, portanto foi outra vez um sucesso e devo dizer que os três primeiros prémios foram de muita qualidade, para o meu gosto foram muito bons de facto.

Quanto à mobilização dos pais para o sistema educativo. Também lhe damos toda a razão, mas também aí gostava de lembrar, que foi esta Câmara que desde que entrou em funções, que promoveu uma abertura do ano escolar em que associou os pais, promovendo colóquios especialmente dirigidos aos pais, editámos uma agenda este ano pela primeira vez, específica para os pais, além da agenda que já tínhamos editado para os professores, e vamos instituir o Conselho Local Municipal de Educação, em que os pais naturalmente são um parceiro privilegiado. Consideramos que o papel dos pais é fundamental, e aí julgo que estamos em total sintonia.

Aveiro Digital. Por acaso lamento não ter aqui os números Sr. Professor, mas pode ter a certeza que temos uma estatística bem discriminada quanto ao tipo de utilizadores: os que mais procuram, os chat's, o correio electrónico, a feitura de páginas, temos isso por escalão etário, profissão, e na próxima sessão podemos distribuir isso pelos senhores membros da Assembleia porque o tal trabalho está feito e são de facto impressionantes os números para a realidade de Aveiro.

Depois o Sr. Deputado Diogo Machado, interrogou-me também sobre o Euro 2004, quanto é que a Câmara vai gastar no estádio e quanto é que o Beira-Mar vai gastar e aonde vai arranjar o dinheiro. Deve haver aqui alguma confusão. Por um lado, as contas do estádio são conhecidas. O orçamento que UEFA exigiu é de duzentos contos por lugar, trinta mil lugares, temos seis milhões de contos. E, o modelo de financiamento que nós apresentámos na altura, mantém a sua actualidade e desse ponto de vista estamos mais descansados do que outras candidaturas. É muito simples e reside no seguinte: vinte e cinco por cento está protocolado com o Estado; vinte e cinco por cento virá do orçamento da Câmara ao longo de quatro anos -

trezentos e cinquenta mil contos por ano no orçamento da câmara para um investimento destes é uma verba que é comportável pelos cofres da câmara; mais vinte e cinco por cento decorrentes da venda dos terrenos do estádio ou segundo cenário (que já é público) alienação do estádio à Universidade, é uma solução muito interessante que vemos com muito bons olhos; finalmente, e partindo do princípio de que o Estado não vai abrir mais os cordões à bolsa, temos o recurso ao crédito. Um milhão e meio de contos completaria os seis milhões de contos, o que está dentro da capacidade de endividamento do município. Ou seja, o município de Aveiro não está dependente de ninguém para realizar o estádio. Agora, como diz o Salavessa e dizem todos, há que trabalhar muito, porque se nós conseguirmos compilar estas tranches do financiamento no sentido de não ser necessário ir buscar um milhão e meio ao banco e não ser necessário nestes quatro não retirarmos um milhão e meio do nosso orçamento e retirarmos um pouco menos (há várias formas que se podem pensar) e, portanto, isto tem de ser mais burilado para eventualmente associar entidades que queiram tomar uma parte deste esforço financeiro. Portanto, a questão de saber quanto é que o Beira-Mar vai pagar, neste momento é zero, e só será alguma coisa se tiver interesse nisso e se encontrar os meios para tal.

A Pista de Remo é outro projecto estratégico. O financiamento da pista de remo tem um protocolo que eu acho muito interessante e tem muitas possibilidades de ser levado até ao fim. Porque parte de uma concepção, que o projecto interessa a vários sectores e a várias entidades, e passo a discriminar: interessa à Agricultura, porque é necessário construir o dique longitudinal norte para o projecto agrícola no Baixo-Vouga e, portanto, conseguimos que o IHERA, que é a entidade de tutela, garantisse e se compromettesse a construir e a financiar esse dique longitudinal norte; interessa à Portucel, porque a Portucel anualmente tem que fazer um dique de protecção das águas para evitar a salinidade das águas nas máquinas e, portanto, conseguimos que a Portucel se compromettesse a financiar um dos diques açudes; interessa ao Desporto naturalmente, conseguimos que o INDE se compromettesse a apoiar a candidatura da Câmara Municipal de Aveiro ao terceiro quadro comunitário de apoio e, portanto, a financiar por exemplo a construção do dique longitudinal sul e dos outros açudes; conseguimos associar o Instituto Marítimo Portuário, porque naturalmente há as dragagens (e uma parte pesada desta obra são as dragagens que aqui é necessário que sejam feitas), e também conseguimos que o Instituto Marítimo Portuário se compromettesse a financiar essa parte das obras. Bem, e naturalmente sobra para a Câmara de Aveiro alguma coisa. A Câmara de Aveiro, irá ter que financiar por exemplo todos os equipamentos necessários. Nos arruamentos envolventes, estimamos que a Câmara de Aveiro terá que gastar trezentos e cinquenta mil contos no mínimo, com um projecto destes. E, não é totalmente rigoroso dizer-se que não sabemos quanto é que vai custar o projecto, temos isso no Plano de Actividades (se lerem bem, aparece lá uma verba para o custo total da obra), está estimado em dois milhões duzentos e cinquenta, é uma estimativa que temos, talvez possa ser menos, e devemos ter essa estimativa com mais rigor nas próximas semanas logo que concluídos os estudos hidráulicos.

Sobre os Serviços Municipais na Fábrica Campos. A Câmara mantém o interesse, e o Estado mantém a disponibilidade. E, neste momento estamos a trabalhar numa solução, já numa minuta de protocolo, nos termos do qual o Estado irá ceder a totalidade do imóvel à Câmara Municipal de Aveiro, com contrapartidas que estão agora a ser negociadas e, portanto, desse ponto de vista as notícias são boas e o objectivo continua a ser esse.

Dr. Rogério Madaíl, também partilho a sua opinião sobre o défice da capacidade hoteleira. Rua Direita e Fórum; temos adjudicada a obra da rua Luís Cipriano para que a ponte e a ligação se faça naturalmente, para que a ligação pedonal se faça, e temos a concurso a instalação de um elevador para deficientes no túnel porque de facto, é uma deficiência que o sistema tem. Para deficientes e carrinhos de bebé que é outra dificuldade. Portanto, haverá um elevador que vai descer aquelas escadas de um dos lados e que vai fazer isso. Depois, também fez algumas observações sobre o teor da informação financeira, sobre o facto de não incluirmos aqui

responsabilidades financeiras e as dívidas. Eu peço desculpa, mas não faria grande sentido porque elas já figuram aqui no Orçamento para o próximo ano. Nós juntámos um mapa com todos os encargos financeiros e dívidas existentes neste momento, portanto não faria sentido estar aqui a incluí-las. Depois, a execução financeira. Chamou a atenção e bem de facto, que nesses oitenta e um por cento de execuções de despesas correntes, mais quarenta por cento são despesas de capital. Obviamente que é mais importante, mas tem outro significado porque são investimentos que se deixam, nós estamos de acordo com isso, mas também temos outros dados que apontam neste momento já para sessenta e cinco por cento de taxa de execução em despesas de capital, que é neste momento o montante que já temos cabimentado, é obra que já está em execução. E, portanto, se conseguirmos agora, e ainda temos umas semanas largas para fazer uma série de pagamentos, talvez se consiga no fim atingir as taxas que tínhamos previsto.

Bem, por um lado é verdade temos muitos pagamentos que vão ser feitos na última quinzena, e por outro lado como sabe, há pagamentos que são feitos em Janeiro que ainda reportam o ano financeiro de noventa e nove e portanto, isso ainda é possível. Já cabimentados neste momento temos sessenta e cinco por cento das despesas de capital.

Depois, Dr.^a Virgínia Veiga, já falei do incidente do jantar. Também já falei, penso eu, sobre as BUGAS, penso que dei as respostas pretendidas.

Dr. Capão Filipe, também colocou algumas questões. Do mini-bus já falámos; Pista de Atletismo aparece inscrita no Plano de Actividades para este ano o arranque da segunda fase; mais canais na cidade. Como sabe eu sou um grande adepto da extensão dos canais na cidade, mas temos que ser razoáveis, não há muitos mais canais com virtualidade para serem prolongados, embora eu esteja de acordo que acho não têm nada a ver com o episódio da Marina da Barra (já o tinha dito há muito tempo atrás), eu acho que é um escândalo contra o qual nós temos que lutar, que Aveiro não tenha uma doca de recreio. Quer dizer, com água por todo o lado não temos uma doca de recreio, temos que fazer tudo o que for possível, a todos os níveis, em todas as instâncias, para que rapidamente essa situação seja alterada. E digo isto com todo à vontade, já o tinha dito muito antes da Marina da Barra, não vão pensar que isto é inveja em relação a Ílhavo. A Europa dos Pequenos. As coisas estão a correr bem, o que temos feito é dado os passos com a fundação Bissaya Barreto. A fundação Bissaya Barreto, veio desmentir os rumores que apareceram na última Assembleia, eu já os tinha desmentido também, é um projecto que, enfim, não tem andado com o ritmo que todos nós gostaríamos, mas digo mais uma vez não somos nós o promotor, temos acompanhado as coisas de forma a que o projecto não se atrase e tudo faremos para que ele ganhe novo alento agora. Consideramos e subscrevo inteiramente a opinião do Dr. Nascimento, acho que é um projecto de importância estratégica, terá presumivelmente mais visitantes do que o Portugal dos Pequeninos e o Portugal dos Pequeninos tem, não sei se são quatrocentos mil visitantes ao ano. Portanto, imaginem a importância que tem este projecto para Aveiro.

Armazéns Gerais para o Hospital. A questão da venda do terreno dos Armazéns Gerais para o Hospital é uma questão que eu não quero evitar, mas gostava de primeiro lembrar o seguinte: foi por força de uma recomendação desta Assembleia, que a Câmara paralisou o processo que tinha de loteamento daquela área e encetou negociações com o Hospital. Agora, toda a gente se queixa, ou faz observações, ou faz comentários críticos, no sentido de que nós precisamos é de um novo Hospital e não de ceder esta parcelazinha ao Hospital. Qual foi a deliberação que nós tomámos de facto, tendo em conta estas duas pretensões? Foi por um lado, cumprir a recomendação da Assembleia, e chegar a um acordo com o Hospital. Portanto, vamos fazer uma permuta com o Hospital, e o Hospital terá aqueles terrenos, que vai permitir dar resposta imediata ao desenvolvimento do Hospital tal como a sua administração o vê neste momento, mas frisámos, sublinhamos na deliberação, que isso não prejudicaria a necessidade de se repensar num novo Hospital para o qual, estudos em termos de planeamento estão a ser feitos, tendo em vista a futura localização. E sabemos que um novo Hospital demora quatro, cinco, seis anos,

talvez mais. Portanto, cumprimos a recomendação desta Assembleia, não prejudicamos instalações condignas para o Hospital neste momento, e também não prejudicamos a opção para um novo Hospital.

Ao Dr. Jorge Nascimento, também já fui respondendo a várias questões. Sobre o estacionamento, nós como tem vindo a ser anunciado, temos a intenção de ter parques periféricos e os mini- autocarros a trazer, de facto, as pessoas para o centro da cidade, para descongestionar a cidade. Agora, não tenhamos também ilusões (e os técnicos do trânsito conhecem bem isto), as pessoas moram no centro da cidade e têm carro. E têm de trazer os seus carros, e têm que ter onde os estacionar. Portanto, uma coisa são aqueles estacionamentos para quem mora no centro da cidade e, portanto, temos que prever parques de estacionamento no PPU do centro subterrâneos, temos que prever parques de estacionamento em Sá Barrocas e por aí afora, temos que prever parques de estacionamento. Além disso, vamos incentivar outro tipo de estacionamento, que evitem que os visitantes tragam necessariamente os carros até ao centro da cidade. Estamos a fazer as duas coisas e julgo que têm que ser feitas as duas coisas.

De resto, não houve nenhum desvio de dinheiro para finalidades menos próprias, não percebi essa frase, não sei a que é que se quis referir. Temos, como sabe, e também houve uma referência ao FEF que estava a pagar vencimentos. Como sabe não há nenhum princípio de consignação de receitas na Lei das Finanças Locais, excepto quando se trata de verbas provenientes de programas de projectos comunitários e, portanto, as receitas da Câmara são para gerir sem consignação de despesas e não há aí nenhuma irregularidade, que seja do meu conhecimento, temos feito os pagamentos com toda a naturalidade.

Aveiro Cidade Digital, aí até temos uma conta própria. Já sei ao que é que se está a referir, nós transferimos dinheiro de uma conta de um projecto nosso, que tinha que vir para nós, que estava na tal conta, para os cofres da Câmara. Mas uma vez entrado nos cofres da Câmara entra no que tiver que ser.

A venda de bens que ficou deserta. Há também aí alguma falta de comunicação. Enfim, eu penso que as notícias têm circulado, circulam para o mal também têm que circular para o bem. Nós pusemos quatro lotes à venda, dos quatro lotes à venda três foram vendidos. O que não foi vendido imaginamos porquê, porque de facto, ficou no meio de dois e um dos dois vai querer comprá-lo, mas não quis fazer a despesa toda de uma vez porque em termos de desenvolvimento de projecto urbanístico agora interessa apenas esse. E nós temos que respeitar isso, mas vai ser vendido sem dúvida. O lote do hotel, vai ser vendido também até ao fim do ano, temos essa convicção. Houve ali na fixação da base de licitação, de facto, alguma menor atenção à carga fiscal que não foi por nós devidamente ponderada e, portanto, deduzida agora essa carga fiscal, sabemos que há compradores porque a base de licitação de quinhentos mil contos implicaria um preço real de quinhentos e oitenta mil contos e não foi isso que nós tínhamos em mente quando fixamos a base e, portanto, feita essa correcção, temos a expectativa de que aparecerão compradores. Portanto, eu diria que está a ser um êxito e não o contrário.

Contratos de leasing. O Dr. Nascimento também chamou a atenção, tem toda a razão, mas como sabe há formas contratuais e o contrato com a Emoleasing prevê isso mesmo, que permite que a amortização se faça, e que a aquisição se faça, e a venda se faça, só depois da amortização feita. Está tudo certinho. Estão verbas previstas para a aquisição de terrenos, se vir o orçamento está lá uma verba importante para a aquisição de terrenos. Também queria chamar a atenção, que estão dois milhões de contos (nós depois vamos falar mais em pormenor sobre isso), estão dois milhões de contos de venda de terrenos prevista, e que só nestes quatro lotes, e se vendermos o hotel, nós fazemos quase um milhão de contos, e temos lá muitos mais lotes para vender. Portanto, diria que aí está por dentro a avaliação que é feita.

Penso que respondi a todas as questões, muito obrigado Sr. Presidente.”

Entretanto, foram dando entrada na sala os vogais António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Jorge Manuel do Nascimento, Henrique Manuel Morais Diz, Miguel Capão Filipe, Álvaro Patrício do Bem e Nuno Teixeira Lopes Tavares.

Presidente da Mesa:

“Srs. Deputados, este ponto não merece qualquer réplica, por decisão da Mesa estão suspensos os trabalhos até quarta-feira.”

Presidente da Câmara:

“Sr. Presidente só uma última questão. O Dr. Jorge Nascimento, colocou uma questão que pode ter algum impacto e que eu gostava de esclarecer, que é a questão dos seis mil e quinhentos contos para o asfaltamento do recinto da festa. Nós vamos asfaltar o recinto para a festa, mas acabada a festa, no dia seguinte, dotámos aquele espaço de um excelente parque de estacionamento, que tinha-se acabado com o lago, até que nasçam as construções que vão ali nascer. Portanto, os seis mil e quinhentos contos não vão ser apenas para a festa, vão ter uma utilidade prolongada no tempo que julgo que é manifesto, muito obrigado.”

Seguidamente o Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião, convocando nos termos regimentais a próxima reunião da presente Sessão para o dia 22 de Dezembro de 1999 (Quarta-feira), pelas 18:00 horas.

Eram 23:30 horas do dia 20 de Dezembro.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte a gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião e vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.